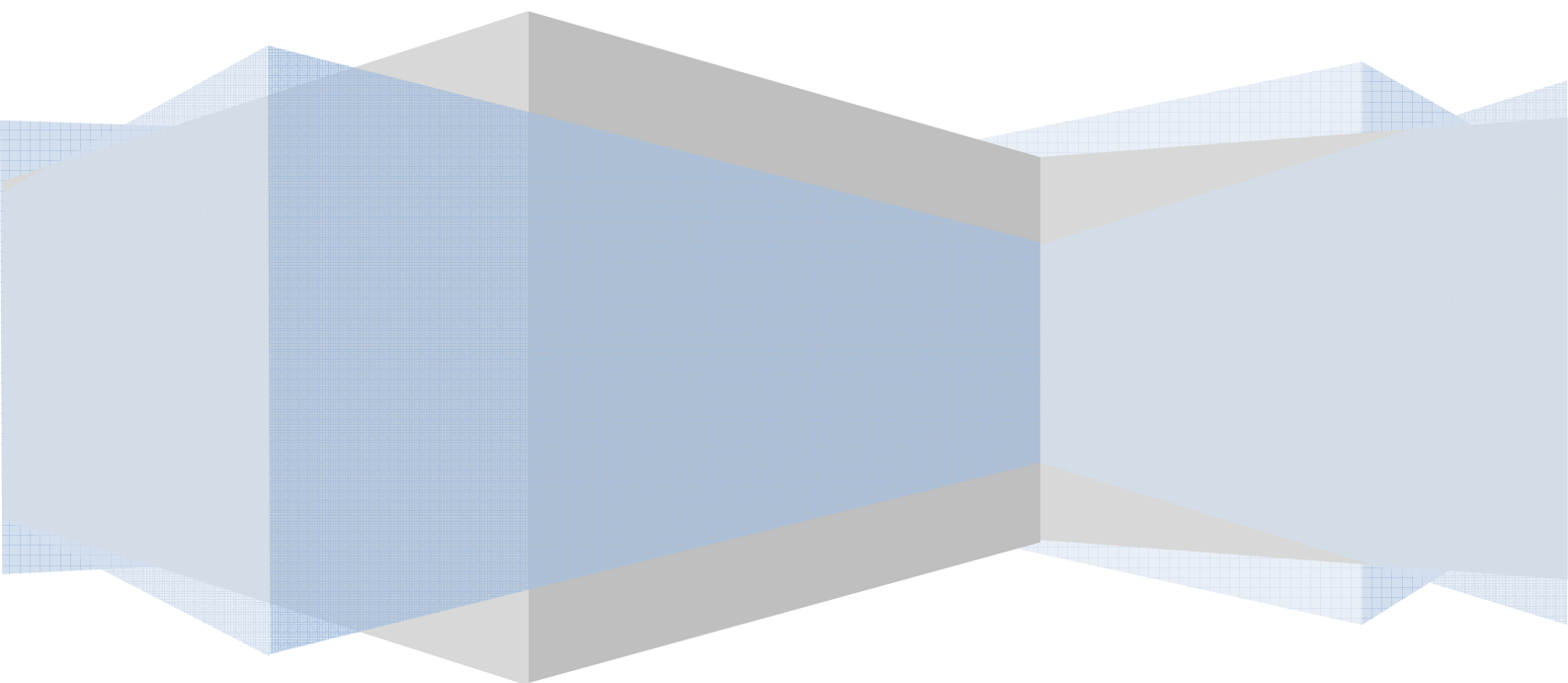


UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

# Relatório do Inquérito

**Diagnóstico Local de Segurança na Freguesia da Sé  
(Porto)**

**Ana Isabel Sani  
Laura M. Nunes**



# **Relatório do Inquérito**

## **Diagnóstico Local de Segurança na Freguesia da Sé (Porto)**

**Ana Isabel Sani**

**Laura M. Nunes**

**Universidade Fernando Pessoa,  
Porto, 2012**

**ISBN: 978-989-643-093-1**

## Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>5</b>
<b>Enquadramento conceptual .....</b>	<b>8</b>
<b>Metodologia .....</b>	<b>13</b>
<b>O Inquérito .....</b>	<b>15</b>
Resultados.....	16
A. DADOS SÓCIODEMOGRÁFICOS .....	16
B. PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA / INSEGURANÇA .....	20
C. VITIMAÇÃO.....	28
D. CONTROLO SOCIAL .....	45
E. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA .....	52
<b>Discussão dos resultados .....</b>	<b>58</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>63</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>66</b>
<b>Anexo A.....</b>	<b>69</b>
<b>Anexo B.....</b>	<b>71</b>

## Índice de Quadros

Quadro 1. Distribuição por frequências quanto ao sexo .....	16
Quadro 2. Distribuição por frequências quanto à idade por intervalos .....	16
Quadro 3. Distribuição por frequências quanto à nacionalidade .....	17
Quadro 4. Distribuição por frequências quanto ao estado civil .....	17
Quadro 5. Distribuição por frequências quanto à escolaridade .....	18
Quadro 6. Distribuição por frequências quanto ao tipo de habitação .....	18
Quadro 7. Distribuição por frequências quanto à situação ocupacional.....	19
Quadro 8. Distribuição por frequências quanto a viverem sós ou acompanhados.....	19
Quadro 9. Percepção de (in)segurança .....	20
Quadro 10. Fundamentos para a percepção de (in)segurança.....	21
Quadro 11. Percepção da evolução da criminalidade.....	22
Quadro 12. Fundamentos para a percepção da evolução da criminalidade .....	22
Quadro 13. Percepção dos crimes mais praticados na área geográfica .....	24
Quadro 14. Percepção dos crimes mais temidos pelos participantes .....	24
Quadro 15. Condições favorecedoras do crime.....	26
Quadro 16. Incivilidades identificadas. ....	27
Quadro 17. Vítimas de crime nos últimos 5 anos .....	28
Quadro 18. Tipologia de crime para a vitimação .....	29
Quadro 19. Consequências da vitimação .....	30
Quadro 20. Período do dia de ocorrência dos crimes.....	30
Quadro 21. Local de ocorrência do crime. ....	31
Quadro 22. Situação da vítima quanto a estar só ou acompanhada. ....	31
Quadro 23. Relação ofensor - vítima.....	32
Quadro 24. Contacto com as autoridades. ....	32
Quadro 25. Motivos subjacentes ao contacto com as autoridades.....	33
Quadro 26. Formalização da queixa.....	34
Quadro 27. Motivos subjacentes à formalização da queixa... ..	34
Quadro 28. Percepção das medidas tomadas pelas autoridades. ....	35
Quadro 29. Grau de satisfação face às medidas tomadas pelas autoridades. ....	36
Quadro 30. Motivos subjacentes à (in)satisfação com as medidas tomadas. ....	36
Quadro 31. Vítimas de crime nos últimos 5 anos (familiar).....	37

Quadro 32. Tipologia de crime para a vitimação (familiar).....	38
Quadro 33. Consequências da vitimação (familiar). ....	38
Quadro 34. Período do dia de ocorrência dos crimes (familiar).....	39
Quadro 35. Local onde ocorreu o crime (familiar).....	39
Quadro 36. Situação da vítima quanto a estar só ou acompanhada (familiar). ....	40
Quadro 37. Relação ofensor - vítima (familiar).....	40
Quadro 38. Contacto com as autoridades (familiar).....	41
Quadro 39. Motivos subjacentes ao contacto com as autoridades (familiar). ....	42
Quadro 40. Formalização da queixa (familiar). ....	42
Quadro 41. Percepção das medidas tomadas pelas autoridades (familiar). ....	43
Quadro 42. Grau de satisfação face às medidas tomadas pelas autoridades (familiar). ....	43
Quadro 43. Motivos subjacentes à (in)satisfação com as medidas tomadas (familiar).....	44
Quadro 44. Percepção da acção dos agentes de autoridade.....	45
Quadro 45. Fundamentação da percepção da acção dos agentes de autoridade.....	46
Quadro 46. Grau de (in)satisfação quanto à acção dos agentes de autoridade. ....	47
Quadro 47. Fundamentação da (in)satisfação quanto à acção dos agentes de autoridade... ..	48
Quadro 48. Frequência do recurso ao apoio dos vizinhos.....	49
Quadro 49. Fundamentação do recurso ao apoio dos vizinhos.....	49
Quadro 50. Frequência do recurso a entidades locais de apoio.....	50
Quadro 51. Fundamentação do recurso ao apoio de entidades locais.....	51
Quadro 52. Tempo de permanência na comunidade. ....	52
Quadro 53. Percepção das mudanças para melhoria da qualidade de vida.....	53
Quadro 54. Percepção das mudanças para aumento de segurança. ....	54
Quadro 55. Disposição para colaborar no sentido da maior segurança. ....	54
Quadro 56. Fundamentação da disposição para colaborar no sentido da maior segurança. ....	55
Quadro 57. Sentimento de pertença à comunidade.....	56
Quadro 58. Fundamentação do sentimento de pertença à comunidade. ....	56

## Índice de Gráficos

Gráfico 1. Comparação: percepção de crimes mais frequentes vs. mais temidos .....	25
---	----

## Introdução

---

O conceito de cidadania remete, em termos muito genéricos, para a participação activa na comunidade, tratando-se de uma ideia que se revela estruturante para o desenvolvimento de actividades de segurança (Silva, 2010), sendo fundamental a adopção um novo papel por parte das instâncias ligadas à Justiça, num plano social de conflito em que se cruzam diversos interesses (Santos, 2005).

No contexto português, em particular, parece verificar-se a existência de uma barreira entre o quadro legal e as práticas sociais, traduzível numa desconfiança face às instituições, a que se junta um generalizado sentimento de inutilidade em apelar às instâncias de controlo social, a par de uma sensação de incapacidade, por parte do cidadão, em fazer valer os seus direitos (Silva, 2010). Assim, impõe-se a necessidade de se passar a um policiamento de proximidade, como uma prática alternativa imposta pela urgente alteração do paradigma de actuação, que se quer em permanente interacção com o meio envolvente (Lisboa & Dias, 2008). Para tanto, há necessidade de se proceder ao levantamento de informação que permita o desenvolvimento de um diagnóstico realista, sobretudo em áreas urbanas e comunidades que se apresentam como problemáticas. Ora, de acordo com a Direcção Geral de Administração Interna (2009), a realização de tais diagnósticos visa disponibilizar, às forças e serviços de segurança, bem como às autarquias e a outras entidades públicas e privadas, a informação necessária para que se verifique um reforço da segurança através de medidas adaptadas às realidades de cada comunidade e aos desafios que se colocam no âmbito da criminalidade.

Por isso, e na sequência dos contactos estabelecidos entre o Comando Metropolitano do Porto e a Universidade Fernando Pessoa (UFP), foi planeada a execução de um estudo sobre a Freguesia da Sé, na cidade do Porto, no sentido de que se fizesse um levantamento de informações úteis e pertinentes, tendo em vista a posterior definição adequada de estratégias de acção de segurança naquela área da cidade. Aquela região urbana tem vindo a ser foco de atenção e alvo de alguma apreensão por parte das autoridades de segurança, pelo que se revelou fundamental a participação das Ciências Sociais no contexto de uma avaliação àquela Freguesia. Assim sendo, é de todo pertinente contextualizar aquela comunidade, dando a conhecer algumas das suas principais características.

A Freguesia da Sé encontra-se situada na zona baixa da cidade do Porto, apresentando uma área de 0.48 Km<sup>2</sup> e integrando a zona histórica da cidade. Trata-se de uma das áreas citadinas que, após décadas de abandono, acabou por se converter num centro cujos espaços físicos denotam algumas particularidades (cf. Anexo A) que remetem para a importância histórica daquela região e, simultaneamente, para a degradação a que se foi sujeitando ao longo do tempo. A área geográfica da Sé conta com uma população de 6890 residentes, integra cerca de uma dezena de colectividades, sociais, culturais, desportivas e recreativas, para além de diversos estabelecimentos de ensino, desde o nível pré-escolar até ao superior, tendo também cerca de duas centenas de estabelecimentos comerciais.

Uma vez apresentada a área sobre a qual incidirá a pesquisa, é chegado o momento de expor os objectivos do estudo. Assim, a investigação visou a obtenção de um conhecimento mais profundo das características da população daquela zona urbana, bem como da sua percepção de segurança/insegurança, das experiências de vitimação ali sofridas, da análise dos meios formais de controlo social que ali operam e da forma como aquela população percebe essa actuação, para além de se pretender captar o envolvimento dos que ali vivem, trabalham e estudam, relativamente à comunidade.

Este relatório apresenta, precisamente, os resultados obtidos através desse estudo, de desenho exploratório, observacional, baseado no método do inquérito e suportado pela técnica do questionário. Assim, o presente trabalho começa com um breve enquadramento teórico para, posteriormente, se apresentarem os dados relativos à caracterização sociodemográfica dos inquiridos. Numa segunda parte, exploram-se as informações sobre a percepção de segurança/insegurança. A captura dessa percepção revela-se essencial na medida em que, de acordo com Carrión (2002), a sensação de insegurança vivida diariamente em determinadas áreas urbanas decorre do aumento da criminalidade e acarreta graves consequências sociais, desenvolvimentais e económicas.

De seguida, apresentam-se informações relativas à vitimação. Trata-se de uma componente fundamental uma vez que, ainda segundo Carrión (2002), não basta atender à violência urbana, sendo imperativo considerar a questão das vítimas, a respeito das quais se sabe, geralmente, muito pouco. Efectivamente, o simples acto de ter registos actuais e realistas das ocorrências de vitimação é já uma tarefa praticamente impossível, o que se reflecte na dificuldade em desenhar e implementar estratégias adequadas a cada região. Por isso, é

fulcral proceder à recolha de dados a respeito das vítimas de crime em áreas citadinas problemáticas nas quais, muitas vezes e segundo Eckert (2002), se vive um medo que afecta particularmente a vida diária das pessoas. Acresce o facto de que o inquérito de vitimação possibilita também a captura das percepções de insegurança e da criminalidade praticada (Seabra, 2005).

Na sequência das partes anteriormente referidas, e directamente relacionada com elas, encontra-se a parte do controlo social, uma vez que a presença de taxas consideráveis de criminalidade tende a constituir o principal factor de uma crescente sensação de insegurança por parte das populações (Neme, 2005), pelo que se torna pertinente atender à percepção dos inquiridos, sobretudo em relação à actuação dos agentes de controlo social formal. É de salientar que certas áreas urbanas apresentam elevados índices de violência, crime e medo (Leite, 2005), induzindo uma percepção de insegurança nos habitantes de tais locais. Evidentemente, e agora em relação à última parte deste trabalho, o envolvimento comunitário e o sentimento de pertença em relação à comunidade revelam-se como aspectos fulcrais, para que se verifique o desenvolvimento de um modelo de policiamento enquadrado na vertente mais actual de prevenção do crime (Skolnick e Bayley, 2006). Por isso faz todo o sentido que a última parte se dedique à busca de eventuais sentimentos de pertença, por parte dos que residem, trabalham e estudam naquela área.

Esse sentimento de pertença a uma comunidade pode entender-se como uma componente que tem vindo a diluir-se entre as pessoas, e que está intimamente ligado às relações positivas entre a vizinhança, com a participação em organizações locais e com a eficácia colectiva (Ornelas, 2008). Pode mesmo afirmar-se que o sentimento de comunidade é uma poderosa ferramenta para o mundo actual (McMillan & Chavis, 1986), que está positivamente correlacionada com os níveis de percepção de bem-estar (Davidson & Cotter, 1991), com sentimentos de protecção e de segurança e com uma maior predisposição para ajudar o outro (Omoto & Snyder, 2002), implicando que as pessoas se sintam como parte integrante e significativa de uma colectividade, diluindo o isolamento e a alienação de pessoas e das respectivas comunidades (Ornelas, 2008).



É indubitável que as cidades contemporâneas apresentam áreas com elevadas taxas de anti-socialidade, como por exemplo o tráfico/consumo de drogas e os crimes que, muito frequentemente e segundo vários autores (Agra, 2002; Brochu, 2000; Otero, 1994), são fenómenos que se encontram estreitamente associados. Assim sendo, é de todo pertinente que se procure desenvolver uma avaliação adequada a tais áreas urbanas.

Efectivamente, o recurso ao diagnóstico local tem resultado em inúmeras experiências que, em cenários internacionais, têm vindo a evidenciar a pertinência da cooperação “multilateral”, em termos preventivos. Trata-se de um processo conducente à edificação do tipo-ideal de comunidade (Direcção Geral de Administração Interna, 2009), numa vertente que foi beber o método à Sociologia de Weber (2005) e que visa desenvolver o conhecimento das comunidades, a fim de que se providenciem medidas inscritas no designado policiamento de proximidade. Não obstante, é fundamental atender ao referido por Bayley (2006) quando afirma que deve haver um relacionamento de reciprocidade entre polícia e sociedade. Dito de outra forma, o que o autor enfatiza é que a sociedade influencia e molda aquilo em que a polícia se torna e esta, por seu turno, afecta aquilo em que a sociedade se poderá vir a tornar.

Ora, o imperativo de se passar a um policiamento de proximidade, enquanto vertente alternativa e decorrente da necessidade de uma mudança paradigmática, exige uma dinâmica de constante interacção com todo o meio envolvente que, indubitavelmente, carece de ser conhecido e capturado nas suas diferentes configurações (Lisboa & Dias, 2008). Entenda-se por policiamento de proximidade a actividade das forças de controlo social, que se caracteriza por uma atitude de voluntária aproximação aos cidadãos e às comunidades locais, através do desenvolvimento de acções de prevenção e em que os agentes procuram conhecer profundamente as áreas geográficas pelas quais são responsáveis. Inequivocamente, esta vertente implica que os elementos policiais detenham um papel relevante na dinâmica que envolve a própria comunidade, em termos de participação ao nível da prevenção do crime e da atenção à vítima (Cusson, 2000). Atente-se que nenhuma definição de policiamento de proximidade às comunidades é inteiramente

satisfatória, pelo que parece pertinente apelar a diversas vertentes e, num regime de complementaridade, procurar congregar os pontos-chave que melhor definem esta ideia.

Assim, este tipo de policiamento rege-se por uma filosofia promotora da organização de estratégias suportadas pelo recurso sistemático a parcerias e a técnicas de resolução de problemas numa vertente proactiva, visando a criação de condições para a segurança das populações, relativamente a questões como o crime, o medo do mesmo e as desordens sociais (Community Oriented Policing Services, 2009). Pode considerar-se uma aliança colaborativa entre a polícia e a comunidade que identifica e vive os problemas, os crimes ou as desordens, e que é envolvida na resolução de tais situações, numa perspectiva obediente a quatro princípios fundamentais (Skogan & Frydler, 2004): Enquadramento comunitário, resolução de problemas, transformação organizacional e prevenção do crime através de um trabalho conjunto entre polícia e cidadãos.

Trata-se de um desafio que se coloca aos meios de controlo social, no sentido de que se promova uma atitude de resolução de problemas específicos de cada área, de forma adaptada e contextualizada (Jaquier, 2008). De facto, as alterações sociais que se têm verificado, a par da urgência em atalhar uma criminalidade crescente, requerem a mudança de uma polícia de controlo para uma “polícia cidadã”, que funcione em sintonia com os anseios das comunidades locais (Bengochea, Guimarães, Gomes & Abreu, 2004).

Não se pode afirmar que o início desta ideia de polícia seja recente. Na verdade, a perspectiva de uma polícia próxima da comunidade terá emergido com as drásticas mudanças decorrentes da revolução industrial. Essa feroz industrialização, a par dos movimentos migratórios verificados entre os muitos que procuravam melhores condições de vida nas grandes urbes, gerou condições em que homens, mulheres e até crianças trabalhavam em indústrias sem qualquer segurança. A frenética corrida para os grandes centros urbanos, por seu turno, rapidamente se converteu na desilusão e na miséria dos que haviam pensado numa vida melhor. Assim, estavam criadas as condições favorecedoras do crime e da insegurança (Fischer & Green, 2004). Aliás, tal como hoje, pode observar-se a possível associação entre a criminalidade e as condições de vida, como o desemprego e outros fenómenos sociais (Lemos, Filho & Jorge, 2005). Foi esse o contexto em que Sir Peel, em 1822, avançou com uma ideia nova de polícia, tranquilizadora e conhecedora dos problemas existentes nas ruas da cidade, neste caso, de Londres. Peel apresentou uma

reforma de reorganização da polícia londrina, apontando a necessidade do envolvimento e da co-responsabilização das comunidades pela sua própria segurança (Fischer & Green, 2004). Os princípios sobre os quais Peel desenvolveu essa reforma consistiam nos seguintes (Miller, Hess & Orthmann, 2011): o dever da polícia é prevenir o crime e as desordens; o seu poder depende da aprovação pública e das suas habilidades para conquistar e manter o respeito das populações; a aprovação e o respeito públicos são também um meio para alcançar os objectivos de manutenção da observância das leis; Esse respeito é obtido, não pela dependência da opinião pública, mas pelas constantes demonstrações de um absoluto e imparcial serviço prestado em favor da lei; A postura da polícia deve transmitir claramente que “a polícia é a população e a população é a polícia”; o grande teste da eficácia das forças policiais é a ausência de crime, e não a visibilidade das acções para resolver essas questões.

Terão sido essas as raízes para o posterior repensar da polícia e da sua forma de actuar e, segundo Skolnick e Bayley (2006), terá sido Woods, entre 1914 e 1919, o primeiro a pôr em prática muitas das medidas que hoje caracterizam um policiamento comunitário e que, na altura, correspondiam a uma filosofia de segurança inovadora e que foi muito apreciada. Já naquele tempo, a ideia de Woods seria a de incentivar, entre os agentes policiais, uma percepção da importância social, da dignidade e do valor subjacentes ao seu próprio trabalho.

Bem mais tarde, a partir da II Guerra Mundial, iniciou-se uma tendência para a reforma das polícias anglo-saxónicas que, entretanto, se converteu num movimento global. Essa reforma sedimentou-se, também, através da introdução da ideia de comunidade que, rapidamente, se traduziu no centro de outros movimentos reformistas. Nas décadas seguintes, vários estudos foram revelando o que poderia ser vantajoso/desvantajoso para uma polícia que se quera próxima das comunidades e mais eficaz. Várias pesquisas revelaram as desvantagens de um policiamento unicamente motorizado, preconizando a utilidade de patrulhas a pé. Foram ainda evidenciadas as vantagens de uma rápida intervenção policial, bem como de novas modalidades de questionamento dos culpados (Brodeur, 2003). Desenvolveu-se um modelo assente na ideia de comunidade, o “Community-Oriented Policing”/“Problem-Oriented Policing” (COP-POP), guiado por uma nova filosofia que sugeria uma espécie de “partnership” entre as comunidades e a polícia (Normandeau, 2002). No entanto, entre as décadas de 60 e de 80 do século passado, a maioria dos programas COP-POP, entretanto

implementados em muitos países, acabou por revelar lacunas fracassando e impondo novas medidas e reformas (Skolnick & Bayley, 2006).

Assim, mais recentemente, a partir de finais da década de 80 do século XX, têm vindo a ser implementadas mudanças conducentes ao que actualmente se entende por policiamento de proximidade (Brodeur, 2005). Na sequência das reflexões em torno das questões do policiamento, e para caracterizar a polícia actual sob um ponto de vista democrático, Mentel (2008) apontou as seguintes aspectos: envolvimento na comunidade para manter relações de confiança; manutenção dos direitos à privacidade e, simultaneamente, protecção dos interesses nacionais; consideração da diversidade populacional na definição de estratégias de actuação; estabelecimento de um forte compromisso com a integridade inerente à polícia; desenvolvimento de um trabalho bem sucedido nas relações entre a aplicação da lei e os meios de comunicação social; encorajamento de uma postura de abertura a novas estratégias adaptadas às novas tecnologias.

Como rapidamente se poderá depreender, as metas definidas não são pouco ambiciosas e os meios não são fáceis de implementar. Também por isso, este modelo nem sempre tem funcionado no sentido da redução dos índices de criminalidade, verificando-se mesmo, em muitas comunidades, um permanente aumento das taxas de crime. Há quem aponte algumas fragilidades entre as forças policiais, como a fraqueza dos métodos operacionais, na medida em que o patrulhamento, por exemplo, não parece estar a travar o crime, não despertando a confiança suficiente entre as populações, nem transmitindo a tão desejada sensação de segurança. Por outro lado, também já não há garantias, para a população geral, de que a intervenção da polícia venha a converter-se em medidas de intimidação ou de reabilitação. Se é verdade que a polícia tem uma actuação que, indubitavelmente, terá impacte sobre a criminalidade, não é menos correcto que se verifica uma redução da confiança das populações nas estratégias de policiamento. Outro exemplo do que é apontado como falha, prende-se com os limites da forma reactiva de actuação. Efectivamente, quando os agentes fazem patrulhamento, não abarcam tudo o que se revela útil para prevenir todo e qualquer crime mas, simultaneamente, quando a polícia é chamada a actuar, isso implica que respondeu face à ocorrência de um crime, numa perspectiva reactiva e não tanto preventiva (Moore, 2003).

Não obstante, coloca-se aqui a questão das dificuldades com que se deparam os agentes policiais nas modernas cidades. Estas e outras limitações ilustram claramente a complexidade inerente a um trabalho que se pretende eficaz, mas que se desenvolve em permanente interacção com os mais diversificados actores sociais, e que atravessa todos os sectores das actuais sociedades, num contexto em que são encontrados os mais surpreendentes obstáculos.

Evidentemente, para se alcançar uma vertente de policiamento tão exigente quanto complexa, é imperativo que se conheçam as comunidades nas quais se pretende operar. Já no início do século XX, Goldstein apresentou um programa no qual preconizava a necessidade de um cuidadoso, atento e complexo processo de mudança, envolvendo as questões relacionadas com a gestão e a administração policiais. O autor apontou ainda a importância do papel dos sindicatos e das pressões externas, como os meios de comunicação social, os órgãos do governo e os tribunais. Também não foram esquecidas as pressões provindas da actuação das organizações não governamentais, bem como as decorrentes da inexistência de um conhecimento apurado das condições em cada local (Goldstein, 2003).

Assim sendo, há uma multiplicidade de factores a considerar na planificação da actuação policial, pelo que se impõe a necessidade de apelar às Ciências Sociais para a absorção de conhecimento útil e que se relaciona com o estudo da base social da implementação, das implicações e dos efeitos decorrentes do policiamento comunitário, pelo se torna muito vantajoso desenvolver “abordagens científicas de aproximação”. Igualmente importante é o estabelecimento da ordem e da coesão social, implicando uma permanente negociação com os mais diversos actores sociais, num esforço activo e criativo. Também por isso, a mediação é uma palavra de ordem, sobretudo em sociedades que se destacam pela diversidade e pela constante transformação e, assim, precisamente dessas mudança e heterogeneidade, emerge a necessidade do diagnóstico local de segurança (Direcção Geral de Administração Interna, 2009), enquanto processo de avaliação de necessidades, problemas, obstáculos, recursos e parceiros existentes no seio de uma comunidade correctamente caracterizada e contextualizada num envolvente social, cultural, económico e arquitectónico.

Face aos objectivos propostos pelo Comando Metropolitano do Porto, passou-se à elaboração de um inquérito, suportado pela técnica do questionário, constituído por questões fechadas e abertas, a fim de que se recolhessem os dados mais concretos e objectivos, sem que se perdesse a riqueza dos dados de natureza qualitativa.

Ora, a elaboração de um questionário exige, desde logo, a obtenção de informações preliminares que permitam ter uma ideia, ainda que vaga, dos aspectos a avaliar e dos pontos centrais dessa avaliação (Hill & Hill, 2002). Precisamente por isso, a construção do inquérito decorreu num regime de troca de opiniões entre os seus autores e a Polícia de Segurança Pública (PSP), tendo em vista a complementaridade de diferentes pontos de vista, bem como a consideração dos objectivos propostos por aquele órgão de controlo social. Assim, foi possível partir de uma entrevista estruturada e directiva, cujas perguntas foram sendo analisadas pelos diferentes intervenientes nesse processo. Dessa cooperação, entre os autores do trabalho e os agentes da PSP, foram emergindo as alterações a implementar sobre esse primeiro ensaio, para que se fosse desenhando o inquérito propriamente dito e para que se fossem colocando as questões mais pertinentes, que permitissem uma recolha sistemática de dados.

Concluída a primeira versão do instrumento, passou-se à sua administração junto de três residentes naquela área da cidade, em jeito de pré-teste, tendo-se constatado que o questionário se revelava de fácil percepção/resposta para os inquiridos e que era adequado para obter toda e apenas a informação necessária à realização do estudo, sem que se perdessem de vista os objectivos previamente estabelecidos. Estes passavam pelo melhor conhecimento da percepção da população local a respeito da criminalidade e das incivildades ali praticadas, sobre a actuação das forças de segurança pública, a respeito da percepção de segurança/insegurança, em relação às eventuais situações de vitimação e respectivas consequências, bem como a respeito da presença de sentimentos de pertença à comunidade, por parte dos que ali vivem, trabalham e estudam. Mais sucintamente, o que se visava era conhecer as atitudes, crenças e percepções da população que se move naquela comunidade, em termos da criminalidade e das incivildades mais frequentes, ao nível da vitimação e do medo do crime, a respeito do trabalho ali desenvolvido pelos agentes de

segurança, e em termos das dinâmicas sociais ali instaladas e dos sentimentos de pertença à comunidade.

Terminado o processo de elaboração do questionário, passou-se à sua administração, levada a cabo por um grupo de alunos do mestrado de Psicologia Jurídica da Universidade Fernando Pessoa. A equipa responsável pela administração dos questionários foi previamente instruída e treinada, a fim de que se verificasse a máxima homogeneidade na abordagem aos inquiridos e na administração do instrumento. Nesse processo houve ainda o cuidado de esclarecer todos os participantes quanto aos objectivos do estudo e em relação aos fins a que se destinavam as informações prestadas, tendo ficado bem clara a garantia de anonimato e de confidencialidade, bem como a não obrigatoriedade de participação na pesquisa.

A equipa percorreu a zona da Sé, administrando questionários ao longo das ruas, largos e avenidas, tendo obtido informações de indivíduos provenientes de diversas zonas, assinaladas a “Negrito” na lista das artérias daquela área urbana (cf. Anexo B), cuja consulta poderá dar uma ideia aproximada da distribuição geográfica da população inquirida.

## O inquérito

---

O questionário, construído com o fim de obter informação pertinente a propósito das percepções de segurança/insegurança e da criminalidade/vitimação naquela região da cidade, constitui-se de cinco partes, a primeira das quais (parte A) relacionada com os dados sócio-demográficos, logo seguida de uma segunda (parte B) em que se procura apurar a forma como é percebida a segurança naquela área urbana; posteriormente apresenta-se a terceira parte (parte C), centrada nas questões da vitimação para, numa quarta fase (parte D), se focalizar a avaliação do controlo social formal e a forma como é percebido o fenómeno criminal e o combate ao crime; por fim, a quinta e última parte (parte E) centra-se, essencialmente, no envolvimento dos cidadãos na resolução dos problemas da sua comunidade, bem como na sua ligação ao local onde se movem diariamente.

Uma vez concluída a etapa de recolha de informações e após o tratamento estatístico das mesmas, parece ser chegado o momento de apresentar os resultados daí extraídos.



## Resultados

### A. DADOS SÓCIODEMOGRÁFICOS

Foram inquiridos, no total, 244 indivíduos (n amostral) de ambos os sexos (cf. Quadro 1), com idades compreendidas entre os 16 e os 82 anos, sendo a média etária de 37.5 anos, com um desvio padrão de 20.15. A distribuição por categorias etárias é reveladora de uma amostra bem distribuída entre a população jovem adulta (40.6%) e adulta (54.1%), sendo que 5.3% dos participantes optaram por não mencionar a sua idade, não sendo possível por isso definir o respectivo escalão etário (cf. Quadro 2). Os dados obtidos revelam a existência de valores múltiplos de Moda (referencia o valor mais frequente na amostra numa dada variável), apresentando-se a idade dos 18 anos como o valor de Moda mais baixo.

1.1. SEXO		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Masculino	91	37.3
Feminino	153	62.7
<b>Total / n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 1. Distribuição por frequências quanto ao sexo.

1.2. Idade		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Dos 16 aos 24	99	40.6
Dos 25 aos 34	21	8.6
Dos 35 aos 44	24	9.8
Dos 45 aos 54	30	12.3
Dos 55 aos 64	25	10.2
Mais de 65 anos	32	13.1
<b>Total</b>	<b>231</b>	<b>94.7</b>
Omissões	13	5.3
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 2. Distribuição por frequências quanto à idade por intervalos.

Os participantes no estudo são todos residentes, trabalhadores e/ou estudantes na Freguesia da Sé, tratando-se maioritariamente de indivíduos de nacionalidade portuguesa (96.7%), havendo também uma percentagem muito reduzida (3.2%) de indivíduos de outras nacionalidades (cf. Quadro 3).

1.3. Nacionalidade		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Portuguesa	236	96.7
Brasil	3	1.2
Angola	1	0.4
S. Tomé e Príncipe	1	0.4
Bélgica	1	0.4
Ucrânia	1	0.4
Paquistão	1	0.4
<b>Total / n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 3. Distribuição por frequências quanto à nacionalidade.

Os dados revelam que a amostra inclui predominantemente pessoas solteiras (52%), seguindo-se o grupo dos casados ou que vivem em união de facto (36.5%). Cerca de 11.5% dos participantes são divorciados/separados e viúvos (cf. Quadro 4).

1.4. Estado civil		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Solteiro	127	52.0
Casado/União de facto	89	36.5
Divorciado/Separado	11	4.5
Viúvo	17	7.0
<b>Total / n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 4. Distribuição por frequências quanto ao estado civil.

Em termos habilitacionais, a amostra caracteriza-se por possuir mais de 50% dos indivíduos com, pelo menos, a escolaridade obrigatória, tendo 34.4% dos sujeitos, ainda, escolaridade entre o 10º e 12º anos e 8.6% terem formação graduada ou pós-graduada (cf. Quadro 5).

1.5. Escolaridade		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Analfabeto	5	2.0
Do 1º ao 4º Anos	61	25.0
Do 5º ao 6º Anos	12	4.9
Do 7º ao 9º Anos	61	25.0
Do 10º ao 12º Anos	84	34.4
Superior	20	8.2
Outra (Mestrado)	1	0.4
<b>Total / n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 5. Distribuição por frequências quanto à escolaridade.

No que diz respeito à questão residencial (cf. Quadro 6), a generalidade dos indivíduos refere viver numa casa (46.3%), sendo que a restante percentagem dos sujeitos diz habitar um apartamento (34.8%) e 9.8% referem “outra”, tendo sido especificado por 7% desses, o morarem em instituição. Contudo 9% dos indivíduos preferiu não indicar o tipo de residência, sendo que dos 244 participantes, cerca de um terço da amostra (33.2%) não indica a rua onde reside. Esta variável tem apenas interesse em termos de definição da localização geográfica da amostra, face ao âmbito de recolha do inquérito.

1.6. Tipo de habitação		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Apartamento	85	34.8
Casa	113	46.3
Outro	24	9.8
<b>Total</b>	<b>222</b>	<b>91.0</b>
Omissões	22	9.0
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 6. Distribuição por frequências quanto ao tipo de habitação.

Nesta amostra existe um predomínio de indivíduos activos (80.4%), sejam eles trabalhadores em diversas áreas ou estudantes de vários níveis de ensino (cf. Quadro 7). A grande maioria dos sujeitos trabalhadores enquadra-se no comércio (19.3%), outros não exibem profissão ou área de trabalho diferenciada (15.6%), havendo ainda 6.1% da amostra que se exerce actividade de limpeza.

1.7. Situação ocupacional		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Estudante	98	40.2
Trabalhador	98	40.2
Desempregado	19	7.8
Reformado	28	11.5
<b>Total</b>	<b>243</b>	<b>96.6</b>
Omissões	1	0.4
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 7. Distribuição por frequências quanto à situação ocupacional.

Em termos de organização familiar a maioria dos indivíduos (88.8%) reside acompanhado, constituindo esta, geralmente, uma organização familiar nuclear de origem e/ou com familiares directos, à excepção de 7% desses participantes que residem com amigos ou pares. Vivendo isoladamente encontram-se 11.1% dos sujeitos, existindo apenas 0.8% que não responderam a esta questão (cf. Quadro 8).

1.8. Vive só ou acompanhado		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Só	27	11.1
Acompanhado	215	88.1
<b>Total</b>	<b>242</b>	<b>99.2</b>
Omissões	2	0.8
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 8. Distribuição por frequências quanto a viverem sós ou acompanhados.

## B. PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA / INSEGURANÇA

Conforme foi referido na introdução deste trabalho, a percepção das populações, relativamente à segurança/insegurança, revela-se uma componente essencial ao conhecimento das áreas urbanas que se evidenciam como problemáticas. Por isso, passa-se à apresentação dessas informações.

As representações dos participantes quanto à (in)segurança na área geográfica em estudo caracterizam-se maioritariamente pelo sentimento de segurança (67.2%), em contrariedade com a insegurança sentida por 30.3% dos sujeitos (cf. Quadro 9).

2.1. Considera que vive numa área segura?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	164	67.2
Não	74	30.3
<b>Total</b>	<b>238</b>	<b>97.5</b>
Omissões	6	2.5
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 9. Percepção de (in)segurança.

Os argumentos que sustentam a percepção de segurança (cf. Quadro 10) dos sujeitos prendem-se maioritariamente com a experiência pessoal, mais propriamente o facto de nunca terem sido vítimas, nessa área geográfica em concreto, de algum tipo de situação de perigo (e.g., *“Nunca me senti ameaçado, não vi nada de grave”*; *“Nunca se meteram comigo”*; *“Não consta que haja problemas”*), o que é sustentado por 35.7% do total da amostra. Dessa percentagem total parcial deve ser referido ainda a construção de segurança atendendo à percepção de controlo social formal (e.g., *“Presença de policiamento”*; *“Pois tem muita polícia”*; *“Local vigiado”*), pois este facto é referido por 6.6% dos participantes, constituindo a segunda razão mais apontada.

2.1.a. SIM - considera ser uma área segura porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Experiência/observação	87	35.7
Controlo social formal	16	6.6
Limitada a moradores/conhecidos	9	3.7
Por comparação com outras áreas	3	1.2
Controlo social informal	3	1.2
<b>Total parcial</b>	<b>118</b>	<b>48.4</b>
2.1.a. NÃO - considera ser uma área insegura porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Presença de crime / perigo	19	7.8
Escassez/limitação de policiamento	15	6.1
Tráfico/consumo de drogas	13	5.3
Degradação ambiental	7	2.9
Experiência/observação	6	2.5
Predominantemente nocturna	4	1.6
<b>Total parcial</b>	<b>64</b>	<b>26.2</b>
Omissões	62	25.4
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 10. Fundamentos para a percepção de (in)segurança.

A percepção de insegurança sentida (cf. Quadro 10) por 30.3% da amostra, mas justificada por 26.2% dos sujeitos, está necessariamente associada a existência de fenómenos criminais (e.g., *“Todos os dias nos deparamos com criminalidade”*; *“Vários assaltos a carros”*; *“Nesta zona assaltam tudo”*) e/ou perigo (e.g., *“Há sempre distúrbios e barulho”*; *“Muito perigosa”*; *“Parecem as favelas do Brasil”*), assim como, e em particular, ao fenómeno da droga (e.g., *“Só ressacados e droga”*; *“Muita droga e assaltos”*; *“Há assaltos, contrabando e droga”*). Estas duas categorias juntas correspondem a metade das justificações apontadas para a insegurança, correspondendo a 13.1% do total amostral. Importa ainda referir quanto à percepção de insegurança que, embora em percentagem menor, 6.1% referem a escassez e/ou limitação no policiamento como um dos determinantes para o sentimento de insegurança experienciado, colocando esta categoria em segundo lugar no conjunto das razões para a insegurança percebida.

No que diz respeito à percepção sobre a evolução da criminalidade, 68% dos participantes considera que houve um acréscimo do fenómeno, perante 29.5% dos sujeitos que acham que não houve crescimento no crime (cf. Quadro 11).

2.2. Parece-lhe que a criminalidade tem aumentado?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	166	68.0
Não	72	29.5
<b>Total</b>	<b>243</b>	<b>97.5</b>
Omissões	6	2.5
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 11. Percepção da evolução da criminalidade.

2.2.a. SIM – a criminalidade tem aumentado porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Problemas económicos/desemprego	41	16.8
Ocorrência de roubos/assaltos	25	10.2
Mediatização	18	7.4
Ineficácia da polícia/legislação	16	6.6
Presença de muitos problemas/conflitos	8	3.3
Ocorrência de tráfico/consumo de drogas	6	2.5
<b>Total parcial</b>	<b>114</b>	<b>46.8</b>
2.2.a. NÃO – a criminalidade não tem aumentado porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Experiência/Observação	28	11.5
Controlo social formal	3	1.2
Crime limitado a tráfico/consumo de drogas	1	0.4
<b>Total parcial</b>	<b>32</b>	<b>13.1</b>
Omissões	98	40.2
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 12. Fundamentos para a percepção da evolução da criminalidade.

Um número considerável de indivíduos (40.2%) não justifica a sua opinião sobre a evolução da criminalidade. Dos 46.8% dos indivíduos que justificam o aumento da criminalidade, 16.8% atribui-a a problemas económicos e desemprego que atingem as populações (e.g., *“Devido à crise”; “Falta de emprego”; “Falta de dinheiro ou rendimento”*) (cf. Quadro 12). Acrescenta-se a isso a verificação de mais crimes para 10.2% dos participantes (e.g., *“Há menos segurança e vejo mais crimes”; “Há muitos criminosos”; “Há boatos de roubos e assaltos”; “Já fui assaltado”*). Importa referir que 7.4% dos sujeitos da amostra constroem essa percepção sobre o aumento do crime pela mediatização de incidentes criminais (e.g., *“Pelo que se ouve nas notícias”; “Cada vez se ouve mais sobre aumento da criminalidade”; “Aparece nos noticiários”*). Uma menor percentagem sustenta na ineficácia do sistema (legislação; estruturas) a razão para o aumento do crime (e.g., *“Leis mais brandas”; “Ineficácia da polícia”*).

Em contrapartida para 13.1% dos indivíduos a criminalidade tem-se mantido ou mesmo diminuído (cf. Quadro 12), sendo esta percepção construída com base na experiência pessoal (e.g., *“Nunca soube de nenhum caso”; “Não posso queixar-me”; “Aqui na área não”*). Apenas 1.2% destes refere que poderá estar relacionado com o controlo social formal (e.g., *“são zonas controladas”*). Há ainda quem refira que esse aumento não existiu, o que se verifica é que *“são é mais descarados a vender e a comprar droga”*.

Quanto à tipologia de crimes destacam-se o furto/roubo (61.1%), o tráfico de drogas (56.8%) e o assalto a estabelecimento comercial (42.2%) como os referidos por mais participantes como ocorrendo naquela área da cidade. Temos ainda referenciado por 29.9% da amostra os crimes de agressão física, por 28.7% dos sujeitos, o crime de assalto a residência e por 22.1% os danos a espaços/equipamentos públicos. Com percentagem menor, não obstante a importância de cada um, são apontados outros crimes (cf. Quadro 13).



2.3. Crimes que mais frequentemente ocorrem na área			
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	n
Furto/Roubo	149	61.1	244
Tráfico de drogas	141	56.8	
Assalto a estabelecimento comercial	103	42.2	
Agressão física	73	29.9	
Assalto a residência	70	28.7	
Danos a espaços/equipamentos públicos	54	22.1	
Burla	36	14.8	
Crimes rodoviários	36	14.8	
Violência doméstica contra/entre menores	25	10.2	
Assalto sexual	22	9.0	
Violência doméstica contra /entre cônjuges	20	8.2	
Tráfico de armas	18	7.4	
Violência doméstica contra /entre idosos	16	6.6	
Omissões	11	4.5	

Quadro 13. Percepção dos crimes mais praticados.

Em relação aos crimes mais temidos pelos participantes (cf. Quadro 14), destacam-se os crimes de furto/roubo (58.6%), o assalto a residência (49.2), a agressão física (43.4%), o tráfico de drogas (41%) e o assalto a estabelecimento comercial (34%).

2.4. Crimes mais temidos, naquela área da cidade			
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	n
Furto/Roubo	143	58.6	244
Assalto a residência	120	49.2	
Agressão física	106	43.4	
Tráfico de drogas	100	41.0	
Assalto a estabelecimento comercial	83	34.0	
Assalto sexual	45	18.4	
Violência doméstica contra/entre menores	40	16.4	
Tráfico de armas	35	14.3	
Burla	34	13.9	
Crimes rodoviários	20	8.2	
Danos a espaços/equipamentos públicos	19	7.8	
Violência doméstica contra /entre cônjuges	15	6.1	
Violência doméstica contra /entre idosos	12	4.9	
Omissões	13	5.3	

Quadro 14. Percepção dos crimes mais temidos.

Numa análise comparativa entre as duas variáveis anteriormente analisadas torna-se particularmente interessante de perceber que a correspondência entre crimes que os participantes mais acham que ocorrem e os que mais temem não é necessariamente directa. O furto/roubo e os crimes ligados ao tráfico de droga encabeçam o rol das tipologias de crime mais frequentes e temidos, todavia os níveis de medo evidenciados face a estes traduz-se em valores mais baixos, significando que menos participantes focalizam nestes crimes o receio pela vitimação. Contrariamente a esta ideia, surgem os crimes de assalto a estabelecimento comercial, a agressão física e o assalto a residência como as tipologias de crime particularmente temidos pelos participantes, não obstante terem sido assinalados por menos sujeitos aquando da indicação dos crimes mais frequente.

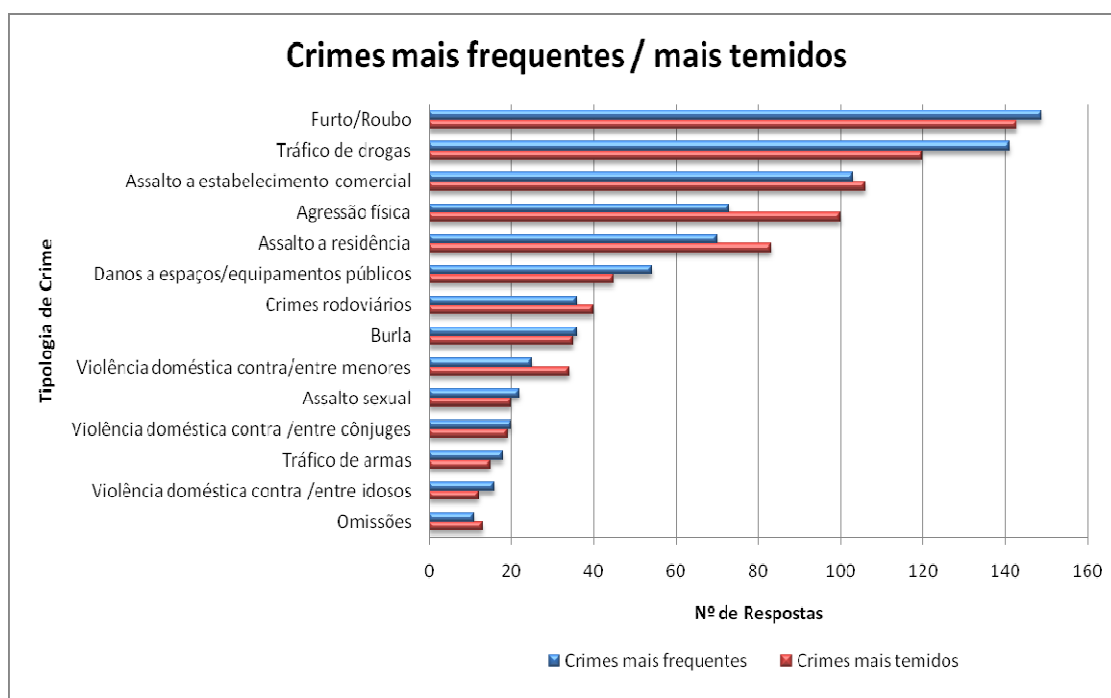


Gráfico 1. Comparação: percepção de crimes mais frequentes vs. mais temidos.

O consumo de drogas/álcool foi a condição considerada como favorecedora do crime (cf. Quadro 15) por mais indivíduos (74.2%), logo seguida da pobreza/desemprego, referida por 67.2% das pessoas. Em terceiro e quarto lugar, encontra-se o policiamento deficitário e a existência de conflitos e delinquência juvenil, com 35.7% e 34.8% respectivamente, na listagem de condições favorecedoras da criminalidade. Há ainda um conjunto de outros aspectos muito ligados ao ambiente físico (e.g., má iluminação; ausência de espaços verdes/de lazer; maus arruamentos) e social (e.g., reduzido movimento à noite; presença de pessoas estranhas) que são sinalizadas pelos indivíduos da amostra com percentagem entre os 14.8 e os 23.8%. Os problemas familiares são apontados por 19.3% dos indivíduos. Por fim, são identificadas outras condições associadas à actuação perante o crime, como sejam a pouca severidade para com os ofensores e a incapacidade de actuação dos agentes de autoridade, que registam respectivamente 13.5% e 11.1%.

2.5. Condições apontadas como favorecedoras do crime			
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	n
Consumo de drogas/álcool	181	74.2	244
Pobreza/Desemprego	164	67.2	
Policiamento deficitário	87	35.7	
Conflitos e delinquência juvenil	85	34.8	
Má iluminação pública	58	23.8	
Reduzido movimento durante a noite	52	21.3	
Presença de pessoas estranhas	51	20.9	
Problemas familiares	47	19.3	
Ausência de espaços verdes/de lazer	38	15.6	
Maus acessos/arruamentos	36	14.8	
Pouca severidade para com os ofensores	33	13.5	
Incapacidade de actuação dos agentes de autoridade	27	11.1	
Omissões	10	4.1	

Quadro 15. Condições favorecedoras do crime.

Os participantes registaram, para a área geográfica em estudo, a ocorrência de incivilidades (cf. Quadro 16), sendo a mais frequentemente apontada o dispersar de lixo pela rua (51.6%). A danificação de equipamentos públicos (48%) e o estacionamento caótico (43.9%) constam também entre as incivilidades mais apontadas pelos indivíduos desta amostra. A violação das regras de trânsito (20.1%) e o furto/danificação de sinalização (18.9%) aparecem também entre os registos de incivilidades nessa zona urbana.

2.6. Incivilidades identificadas pelos residentes			
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	n
Dispersar lixo pela rua	126	51.6	244
Danificar equipamentos públicos	117	48.0	
Estacionar de forma caótica	107	43.9	
Violar regras de trânsito	49	20.1	
Furtar/Danificar sinalização (de trânsito e de informação)	46	18.9	
Omissões	49	20.1	

Quadro 16. Incivilidades identificadas.

### C. VITIMAÇÃO

A vitimação, decorrente dos índices de violência que prevalecem em certas áreas citadinas, e ocupa um lugar insubstituível no campo dos diagnósticos de segurança, pelo que se seguem os resultados relacionados com essas situações.

Assim, esta é a parte em que se procura apurar quantos sujeitos terão sido vítimas de crime e quantos sabem de familiares que, também no período dos últimos 5 anos, tenham sido alvo de algum crime. Procura-se, também, averiguar a respeito do contacto e/ou queixa às autoridades e quais as medidas tomadas pelos agentes de controlo social.

3.1. Nos últimos 5 anos, foi vítima de crime?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	41	16.8
Não	203	83.2
<b>Total</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 17. Vítimas de crime nos últimos 5 anos.

Do total dos inquiridos, 16.8% revelou ter sido vítima de crime nos últimos 5 anos (cf. Quadro 17). Todos os restantes afirmaram não ter sofrido qualquer crime, não tendo havido qualquer omissão de resposta a esta questão.

Os quadros seguintes ilustram o tipo de crime de que alguns inquiridos foram vítimas, bem como alguns pormenores dessas situações de vitimação. Importa frisar que as respostas a seguir apresentadas são respeitantes apenas ao conjunto dos sujeitos que responderam afirmativamente à questão anterior (pergunta 3.1.), muito embora os valores percentuais apresentados tenham como base de incidência o total da amostra. Para os 203 inquiridos (83.2%) que afirmaram não ter sido alvo de qualquer crime, os itens seguintes não são aplicáveis.

3.1.1. Crime de que foi vítima?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Assalto	16	6.6
Assalto (residência/estabelecimento/viatura)	5	2.1
Ofensa sexual	5	2.1
Roubo	3	1.2
Agressão física	3	1.2
Burla	2	0.8
Violência verbal	2	0.8
Violência conjugal	1	0.4
Violência interparental	1	0.4
Furto	1	0.4
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>16.0</b>
Omissões	2	0.8
Não aplicável	203	83.2
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 18. Tipologia de crimes para a vitimação.

No que aos crimes sofridos diz respeito (cf. Quadro 18), o assalto foi o mais representativo, revelado por 6.6% de vítimas, logo seguido do assalto a residência, viatura ou estabelecimento comercial, denunciado por 2.1% dos sujeitos. Essa foi também a percentagem de inquiridos a sofrer de ofensa sexual e, destaque-se, uma dessas vítimas foi alvo de violação. À exceção dos 83.2% de sujeitos não vítimas de crime e dos 0.8% de indivíduos que, tendo sido vítimas, não especificaram o crime que os vitimou, os restantes (16%) admitem ter sido vítimas de diversos tipos de crime, entre eles crimes geralmente subrelatados nas estatísticas oficiais e que por norma surgem incluídos nas cifras negras.

Quanto às consequências sofridas pelas vítimas de crime (cf. Quadro 19), constatou-se que o dano mais frequentemente apontado foi o prejuízo material (5.3%), existindo outras categorias referentes a outros danos, como o trauma psicológico (3.7%) e os ferimentos (1.2%). Importa salientar que as consequências da vitimação não são indissociáveis entre si, pelo que em diversos casos, dependente de certo tipo de crime existem vários danos referenciados.

3.1.2. Danos sofridos pelas vítimas?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Prejuízos materiais	13	5.3
Trauma psicológico	9	3.7
Prejuízos materiais e Trauma psicológico	5	2.0
Ferimentos	3	1.2
Ferimentos e Trauma psicológico	2	0.8
Prejuízos materiais e Ferimentos	2	0.8
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>13.8</b>
Omissões	7	2.9
Não aplicável	203	83.2
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 19. Consequências da vitimação.

A particularidade de um inquérito de vitimação (ou de um que inclua entre as suas dimensões de análise esta questão) é a possibilidade de identificarmos com alguma proximidade à realidade criminal, algumas das características associadas à ocorrência do evento criminal, sendo estes os aspectos que se retratam de seguida.

3.1.4. Em que altura ocorreu o crime?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Dia	22	9.0
Noite	17	7.0
Não sabe	2	0.8
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>16.8</b>
Não aplicável	203	83.2
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 20. Período do dia de ocorrência dos crimes.

Relativamente ao período do dia (cf. Quadro 20), os participantes com experiência de vitimação (16.8%) referem que os crimes ocorreram sobretudo de dia (9%). O período nocturno foi indicado por 7% das vítimas, havendo ainda duas delas que não sabem precisar em que altura se deu o crime.

3.1.4. Local em que ocorreu o crime?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Na rua	28	11.5
Em casa	3	1.2
Outro local: Estabelecimento	9	3.7
Local de trabalho	1	0.4
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>16.8</b>
Não aplicável	203	83.2
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 21. Local de ocorrência do crime.

Como pode ver-se, o local onde ocorreu o crime (cf. Quadro 21) foi predominantemente na rua (11.5%), seguido dos 4.1% de sujeitos que assinalaram outro local, como o estabelecimento comercial (3.7%) e o local de trabalho (0.4%). O domicílio foi também assinalado por 1.2% dos sujeitos com experiência de vitimação criminal.

Por altura da ocorrência 9% dos inquiridos encontrava-se só, enquanto 5.8% estava acompanhado e 2% não sabe se estava acompanhado ou não quando se deu o crime de que foram alvo (cf. Quadro 22).

3.5.5. Nessa altura encontrava-se?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Só	22	9.0
Acompanhado	14	5.8
Não sabe	5	2.0
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>16.8</b>
Não aplicável	203	83.2
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 22. Situação da vítima quanto a estar só ou acompanhada.



No que diz respeito à variável relação ofensor – vítima, os dados (cf. Quadro 23) revelam que para 3.3% dos inquiridos o agressor era conhecido, ao contrário do que foi revelado por 10.2%, para quem o ofensor era estranho. Para 3.3% dos sujeitos não foi possível averiguar esta questão.

3.1.6. O ofensor era:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Conhecido	8	3.3
Estranho	25	10.2
Não sabe	8	3.3
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>16.8</b>
Não aplicável	203	83.2
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 23. Relação ofensor - vítima.

Uma vez especificadas as particularidades da ocorrência, era chegado o momento de apurar os aspectos relacionados com o contacto com as autoridades e a respectiva actuação.

3.1.7. Contactou as autoridades?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	25	10.2
Não	15	6.1
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>16.3</b>
Omissões	1	0.4
Não aplicável	203	83.2
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 24. Contacto com as autoridades.

Como se pode verificar (cf. Quadro 24), 10.2% dos inquiridos contactaram as autoridades, ao contrário dos 6.1% que não o fizeram. Vejam-se, de seguida, os motivos pelos quais alguns sujeitos contactaram as autoridades, contrariamente ao que fizeram outros inquiridos.

3.1.7.a. SIM- contactou as autoridades porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Vale a pena	12	4.9
Confia	4	1.6
Outro: Pela seguradora	3	1.2
Pedido de apoio	1	0.4
<b>Total parcial</b>	<b>20</b>	<b>8.1</b>
3.1.7.a. NÃO- não contactou as autoridades porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não vale a pena	11	4.5
Por medo	2	0.8
Por falta de tempo	2	0.8
<b>Total parcial</b>	<b>15</b>	<b>6.1</b>
Omissões	6	2.6
Não aplicável	203	83.2
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 25. **Motivos subjacentes ao contacto com as autoridades.**

Em relação aos motivos pelos quais alguns dos sujeitos contactaram as autoridades (cf. Quadro 25), participando os crimes de que foram vítimas, destaca-se o facto de considerarem que vale a pena, em 4.9% e o facto de confiarem, em 1.6% dos inquiridos. Outros motivos foram apontados, tais como o ter de haver contacto com as autoridades para se accionar o seguro (1.2%) e a necessidade da vítima carecer de apoio das autoridades imediatamente após a ocorrência (0.4%).

No respeitante aos motivos que levaram a que algumas das vítimas não contactassem os agentes de segurança (cf. Quadro 25), 4.5% considerou que não vale a pena fazê-lo, 0.8% não o fez por medo de possíveis represálias e 0.8% alegou falta de tempo. Omitem a resposta a este item 2.6% dos participantes.

Dos inquiridos, apenas 7.4% optou por formalizar a queixa junto das autoridades, ao contrário dos 8.2% que decidiu não fazê-lo (cf. Quadro26). Três dos participantes (1.2%) não respondem a esta questão.

3.1.8. Formalizou oficialmente a queixa?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	18	7.4
Não	20	8.2
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>15.6</b>
Omissões	3	1.2
Não aplicável	203	83.2
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 26. Formalização da queixa.

Quanto aos motivos subjacentes àquelas decisões dos que haviam sido vítimas de crime, vejam-se os resultados apresentados de seguida.

3.1.8.a. SIM- formalizou a queixa porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
É um dever	7	2.9
Vale a pena	3	1.2
Pela seguradora	3	1.2
Aquando da hospitalização	1	0.4
<b>Total parcial</b>	<b>14</b>	<b>5.7</b>
3.1.8.a. NÃO- não formalizou a queixa porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não vale a pena	11	4.5
Por medo	2	0.8
Por falta de tempo	1	0.4
Ofensor conhecido	1	0.4
<b>Total parcial</b>	<b>15</b>	<b>6.1</b>
Omissões	12	4.9
Não aplicável	203	83.2
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 27. Motivos subjacentes à formalização da queixa.

A formalização oficial da queixa junto das autoridades foi justificada por diferentes motivos (cf. Quadro 27), como tratar-se de um dever (2.9%), valer a pena ou por questões associadas à seguradora, com 1.2% de sujeitos a alegar cada um dos motivos, e ainda pela necessidade de hospitalização decorrente da ocorrência (0.4%).

Já em relação aos que decidiram não formalizar oficialmente a queixa (cf. Quadro 27). Os motivos apresentados passaram pela ideia de que não vale a pena (4.5%), pelo medo de possíveis represálias por parte do ofensor (0.8%), pela falta de tempo (0.4%) ou pelo facto de o ofensor ser conhecido (0.4%).

Como resultado das participações às autoridades, verificaram-se algumas medidas que foram tomadas e a respeito das quais os inquiridos tiveram oportunidade de se manifestar.

3.1.9. Quais as medidas tomadas pelas autoridades?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Registo de ocorrência	5	2.0
Observação do local/Investigação	4	1.6
Desconhece	2	0.8
Colheita de impressões digitais	1	0.4
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>4.8</b>
Nenhuma	3	1.2
Omissões	26	10.7
Não aplicável	203	83.2
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 28. **Percepção das medidas tomadas pelas autoridades.**

Entre as medidas percebidas como tomadas pelas autoridades (cf. Quadro 28), destacam-se o registo de ocorrência revelado por 2% dos indivíduos, seguido da observação do local/investigação referida por 1.6%. Atente-se aos 1.2% que alegaram que as autoridades não tomaram qualquer medida (e.g., “*Não fazem nada*”).

Quanto ao grau de satisfação com as medidas tomadas (cf. Quadro 29), dos 14 sujeitos que referiram ter formalizado a queixa junto das autoridades, 6 destes (2.5% da amostra) manifestou-se satisfeita, ao passo que 5 indivíduos (2%) evidenciaram insatisfação. Os restantes 3 que não justificam a sua resposta juntam-se ao total de omissões.

3.1.10. Ficou satisfeito com essas medidas?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	6	2.5
Não	5	2.0
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>4.5</b>
Omissões	30	12.3
Não aplicável	203	83.2
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 29. Grau de satisfação face às medidas tomadas pelas autoridades.

As razões apontadas para a satisfação/insatisfação dos inquiridos em relação às medidas tomadas pelas autoridades, foram outros dos elementos avaliados.

3.1.10.a. SIM- satisfeito com as medidas das autoridades porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Resolução da situação	2	0.8
Aumento de vigilância no local	1	0.4
Aumento da sensação de segurança	1	0.4
<b>Total parcial</b>	<b>4</b>	<b>1.6</b>
3.1.10.a. NÃO- insatisfeito com as medidas das autoridades porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Ausência de respostas	4	1.6
Resposta tardia	1	0.4
<b>Total parcial</b>	<b>5</b>	<b>2.0</b>
Omissões	32	13.2
Não aplicável	203	83.2
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 30. Motivos subjacentes à (in)satisfação com as medidas tomadas.

Assim, a satisfação/insatisfação revelada pelos inquiridos quanto às medidas tomadas (cf. Quadro 30), destaca-se a referência à resolução da situação apontada por 1.6% dos sujeitos que se manifestaram satisfeitos, para além do aumento da sensação de segurança e da vigilância do local, ambas as razões referidas por 0.4% de sujeitos.

Já os que se manifestaram claramente insatisfeitos (cf. Quadro 30) apontaram a ausência de respostas (1.6%) como motivo (e.g., “*Não fazem nada*”) e o facto de a resposta ter surgido tardiamente (0.4%).

Vejam-se, de seguida, os resultados obtidos para esta parte da vitimação, mas agora em relação a situações de familiares que tenham sido alvo de crime. No que diz respeito aos inquiridos com familiares vítimas de crime nos últimos 5 anos (cf. Quadro 31), 20.1% revelou essa ocorrência, opostamente aos 79.9% que negou ter havido situação de vitimação entre os seus familiares.

3.2. Nos últimos 5 anos, algum familiar seu foi vítima de crime?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	49	20.1
Não	195	79.9
<b>Total</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 31. Vítimas de crime nos últimos 5 anos (familiar).

É de salientar que, nesta parte da vitimação, 195 indivíduos (79.9%) afirmaram não ter nenhum familiar que tivesse sido alvo de crime, pelo que as questões a seguir tratadas não são aplicáveis a esses sujeitos. Em todo caso, o valor percentual das respostas é apresentado atendendo ao total da população amostral.

3.2.1. Crime de que foi vítima o familiar?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Assalto	22	9.0
Assalto (residência/ viatura)	6	2.4
Agressão física	9	3.7
Roubo	3	1.2
Burla	1	0.4
Violência doméstica	4	1.6
Furto	2	0.8
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>19.2</b>
Omissões	2	0.8
Não aplicável	195	79.9
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 32. Tipologia de crimes para a vitimação (familiar).

Assim, no que se refere aos crimes de que terão sido vítimas os familiares de alguns dos inquiridos (cf. Quadro 32), o assalto foi o crime mais frequente, com uma percentagem de 9% de sujeitos a referi-lo, logo seguido do assalto a residência ou a viatura, denunciado por 2.4% dos inquiridos de estudo.

3.2.2. Danos sofridos pelas vítimas?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Prejuízos materiais	19	7.8
Trauma psicológico	11	4.5
Prejuízos materiais e Trauma psicológico	4	1.6
Ferimentos	5	2.0
Ferimentos e Trauma psicológico	6	2.5
Ferimentos, Trauma psicológico e Prejuízos materiais	1	0.4
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>18.8</b>
Omissões	3	1.3
Não aplicável	195	79.9
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 33. Consequências da vitimação (familiar).

No que aos danos sofridos diz respeito (cf. Quadro 33), os prejuízos materiais apresentam-se como os mais frequentes, com 7.8% das respostas, logo seguidos do trauma psicológico apontado por 4.5% dos inquiridos. Exceptuando os 1.3% de omissões, os restantes sujeitos distribuíram-se por ferimentos, e por diferentes constelações de ferimentos, trauma psicológico e prejuízos materiais.

3.2.3. Em que altura ocorreu o crime?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Dia	19	7.9
Noite	15	6.1
Não sabe	15	6.1
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>20.1</b>
Não aplicável	195	79.9
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 34. Período do dia de ocorrência dos crimes (familiar).

O período do dia em que ocorreram os crimes de que foram vítimas os familiares de alguns dos inquiridos (cf. Quadro 34), foi predominantemente de dia, para 7.9%, durante a noite para 6.1% e outros 6.1% não souberam precisar a altura da ocorrência.

3.2.4. Local em que ocorreu o crime?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Na rua	28	11.5
Em casa	12	4.9
Outro local: Local de trabalho	3	1.3
Metro	1	0.4
Supermercado	1	0.4
Viatura	1	0.4
Estabelecimento	1	0.4
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>19.3</b>
Omissões	2	0.8
Não aplicável	195	79.9
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 35. Local de ocorrência do crime (familiar).



Quanto ao local onde se verificou a ocorrência (cf. Quadro 35), é possível constatar o predomínio das situações de vitimação vividas na rua, revelado por 11.5% dos inquiridos, ao contrário do que aconteceu com 4.9% que confirmou ter sido alvo de crime no próprio domicílio. À exceção dos 0.8% de sujeitos que se absteve de precisar o local, todos os restantes responderam de forma diversa, distribuindo-se por outros locais.

3.2.5. Nessa altura a vítima encontrava-se?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Só	23	9.4
Acompanhado	18	7.4
Não sabe	8	3.3
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>20.1</b>
Não aplicável	195	79.9
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 36. Situação da vítima quanto a estar só ou acompanhada (familiar).

No respeitante à situação em que se encontrava a vítima no momento do crime (cf. Quadro 36), pode confirmar-se que 9.4% afirmou encontrar-se só, por oposição aos 7.4% de inquiridos que referiu estar acompanhado. Para 8 dos inquiridos (3.3%) não foi possível afirmar, por desconhecimento, em que situação é que se encontrava na altura do crime.

3.2.6. O ofensor era:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Conhecido	11	4.5
Estranho	26	10.7
Não sabe	12	4.9
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>20.1</b>
Não aplicável	195	79.9
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 37. Relação ofensor - vítima (familiar).

Já no que concerne à situação do ofensor relativamente à vítima (cf. Quadro 37), para 10.7% dos sujeitos o executor do crime era estranho, enquanto 4.5% confirma que se tratava de alguém conhecido.

3.2.7. A vítima contactou as autoridades?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	21	8.6
Não	22	9.0
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>17.6</b>
Omissões	6	2.5
Não aplicável	195	79.9
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 38. Contacto com as autoridades (familiar).

As respostas à questão relativa ao eventual contacto com as autoridades, por ocasião da ocorrência do crime (cf. Quadro 38) repartiram-se de forma muito aproximada entre o sim (8.6%) e o não (9%), tendo havido indivíduos (2.5%) que omitiram essa informação, a respeito da vitimação sofrida pelos respectivos familiares.

Os motivos subjacentes à decisão da vítima contactar as autoridades (cf. Quadro 39), passaram pelo argumento de que vale a pena (4.1%), pela confiança nos agentes de segurança (2.5%) ou pela necessidade de alertarem as respectivas companhias de seguros (0.8%).

Já os que negaram que os seus familiares tivessem contactado as autoridades, fundamentaram essa decisão alegando não valer a pena (5.3%), referindo que a vítima teria medo de eventuais represálias por parte do ofensor (1.2%) ou apontando a falta de tempo por parte do familiar atingido (0.4%). Uma percentagem considerável de inquiridos (5.7%) omitiu a resposta a esta questão.

3.2.7.a. SIM – a vítima contactou as autoridades porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Vale a pena	10	4.1
Confia	6	2.5
Outro: Pela seguradora	2	0.8
<b>Total parcial</b>	<b>18</b>	<b>7.4</b>
3.2.7.a. NÃO - a vítima não contactou as autoridades porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não vale a pena	13	5.3
Por medo	3	1.2
Por falta de tempo	1	0.4
<b>Total parcial</b>	<b>17</b>	<b>6.9</b>
Omissões	14	5.7
Não aplicável	195	79.9
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 39. **Motivos subjacentes ao contacto com as autoridades (familiar).**

Relativamente à formalização de queixa por parte das vítimas (cf. Quadro 40), pode constatar-se que houve uma frequência igual (6.1%) de sujeitos a afirmar e a negar essa formalização. No entanto, uma percentagem ainda maior (7.8%) não soube dar essa informação.

3.2.8. Formalizou oficialmente a queixa?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	15	6.1
Não	15	6.1
Não sabe	19	7.8
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>20.0</b>
Não aplicável	195	79.9
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 40. **Formalização da queixa (familiar).**

Procurou-se, então, apurar a percepção das medidas tomadas pelas autoridades (cf. Quadro 41), por parte daqueles cujos familiares tinham procedido a uma formalização da queixa. Assim, o registo de ocorrência e a observação/investigação foram as medidas apontadas, cada uma, por 0.8%. Exceptuando aqueles que omitiram a resposta (13.1%) e os que alegaram desconhecimento em relação a tais medidas (0.4%), verificou-se que 4.9% afirmou não terem sido tomadas quaisquer iniciativas (e.g., “*Não estão para se chatear*”; “*a polícia não intervém*”).

3.2.9. Quais as medidas tomadas pelas autoridades?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Registo de ocorrência	2	0.8
Observação do local/Investigação	2	0.8
Desconhece	1	0.4
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>2.0</b>
Nenhuma	12	4.9
Omissões	32	13.1
Não aplicável	195	79.9
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 41. Percepção das medidas tomadas pelas autoridades (familiar).

Na sequência da percepção de medidas tomadas, tornou-se relevante averiguar a respeito da satisfação com essas iniciativas (cf. Quadro 42). Ao contrário dos muitos sujeitos (23.9%) que omitiram a resposta a esta questão, outros (4.1%) confirmaram que a vítima se mostrou insatisfeita, e 2% afirmou ter havido satisfação por parte da vítima em relação às medidas tomadas pelos agentes de segurança.

3.2.10. A vítima ficou satisfeita com essas medidas?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	5	2.0
Não	10	4.1
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>6.1</b>
Omissões	34	23.9
Não aplicável	195	79.9
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 42. Grau de satisfação face às medidas tomadas pelas autoridades (familiar).

Vejam-se os motivos subjacentes à satisfação/insatisfação das vítimas, segundo a percepção dos inquiridos. Assim, no que se refere à forma como os inquiridos procuraram fundamentar a satisfação/insatisfação do familiar que foi vítima de crime, face às medidas adoptadas pelas autoridades (cf. Quadro 43), à excepção dos muitos inquiridos que omitiram a resposta (16.5%), verificou-se que 1.2% referiu que a resolução da situação estaria na origem da eventual satisfação com as medidas tomadas, enquanto a insatisfação foi fundamentada com a ausência de respostas por 1.2% (e.g., “*Não trataram de nada*”), e igual frequência de sujeitos apontou a resposta condicionada como motivo de insatisfação (e.g., “*Não se apanhou o criminoso*”; “*Não se resolveu a situação*”).

3.2.10.a. SIM- satisfeito com as medidas das autoridades porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Resolução da situação	3	1.2
<b>Total parcial</b>	<b>3</b>	<b>1.2</b>
3.2.10.a. NÃO- insatisfeito com as medidas das autoridades porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Ausência de respostas	3	1.2
Resposta condicionada	3	1.2
<b>Total parcial</b>	<b>6</b>	<b>2.4</b>
Omissões	40	16.5
Não aplicável	195	79.9
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 43. Motivos subjacentes à (in)satisfação com as medidas tomadas (familiar).

#### D. CONTROLO SOCIAL

O conhecimento de como são percepcionadas as medidas e acções dos agentes de segurança pública é determinante, para que se capturem aspectos associados à percepção de segurança por parte das populações, bem como à criminalidade presente em determinadas zonas urbanas. Assim sendo, apresentam-se os resultados obtidos em termos de controlo social.

As questões relacionadas com o controlo social remetem para a percepção das populações locais, relativamente aos agentes de controlo social formal e à respectiva actuação em prol da segurança local. No que diz respeito à forma como é percebida a actuação dos agentes de autoridade, um grande número de indivíduos (43.4%) considera que os agentes fazem, sempre ou quase sempre, tudo para garantir a segurança. Por oposição, uma percentagem também considerável de sujeitos (44.7%) entende que os agentes quase nunca, ou nunca, fazem tudo para garantir a segurança naquela área da cidade. (cf. Quadro 44).

4.1. Considera que os agentes de autoridade fazem tudo para garantir segurança?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sempre	22	9.0
Quase sempre	84	34.4
Quase nunca	82	33.6
Nunca	27	11.1
<b>Total</b>	<b>215</b>	<b>88.1</b>
Não sabe	13	5.3
Omissões	16	6.6
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 44. Percepção da acção dos agentes de autoridade.

4.1.1. SEMPRE OU QUASE SEMPRE - considera que os agentes fazem tudo para garantir a segurança porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Esforço, com limitação de condições	31	12.7
Disponibilidade de apoio	12	4.9
Suficiente policiamento	10	4.1
<b>Total parcial</b>	<b>53</b>	<b>21.7</b>
4.1.1. QUASE NUNCA OU NUNCA- não considera que os agentes fazem tudo para garantir a segurança porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Défice/Limitação de policiamento	56	23.0
Ineficácia do controlo social formal	39	16.0
Existência de corrupção/degradação	9	3.7
<b>Total parcial</b>	<b>104</b>	<b>42.7</b>
Omissões	87	35.7
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 45. Fundamentação da percepção da acção dos agentes de autoridade.

Os argumentos que sustentam a percepção de que os agentes fazem tudo para garantir a segurança, sempre ou quase sempre (cf. Quadro 45) relacionam-se, em 12.7% dos inquiridos, com o esforço desenvolvido pela polícia, embora seja referido que as condições existentes impõem limitações aos próprios agentes. Mais especificamente, são apontadas limitações inerentes aos meios disponíveis e ao facto de os agentes nem sempre se encontrarem no local em que possam ocorrer irregularidades (e.g., *“A polícia não tem meios”*; *“Nem sempre estão na hora certa”*; *“Deviam andar também durante a noite”*). Acrescente-se que 4.9% dos sujeitos refere que os agentes fazem tudo pela segurança por apresentarem disponibilidade e apoio (e.g., *“Estão sempre prontos a ajudar”*) e, 4.1% alega policiamento suficiente (e.g., *“Sinto a presença da polícia”*; *“Andam sempre por cá”*).

Já para os que consideram que os agentes nunca, ou quase nunca, fazem tudo para garantir segurança (cf. Quadro 45), uma percentagem de 23% apontou défice/limitação de policiamento, enquanto 16% referiu ineficácia do controlo social formal (e.g., *“Não fazem nada”*; *“Raramente intervêm”*; *“Demoram a aparecer”*). Dos restantes a apontar razões para essa percepção de que os agentes não fazem tudo pela segurança, 3.7% mencionou a existência de corrupção/degradação (e.g., *“Desleixaram-se”*; *“Só fazem o que lhes convém”*). Note-se que, dos 88.1% de inquiridos que respondeu claramente à questão sobre se os

agentes faziam tudo para garantir a segurança, apenas 157 (64.3%) dos sujeitos apresentou uma razão para a sua resposta.

Já no respeitante à questão sobre a satisfação dos inquiridos em relação à actuação dos agentes de autoridade, pode constatar-se (cf. Quadro 46) que 30.7% respondeu estar muito satisfeito e apenas 9% revelou estar satisfeito. Opostamente, 31.6% demonstrou reduzida satisfação e, mais precisamente 16.8% afirmou não estar nada satisfeito.

4.2. Indique o grau de satisfação em relação à actuação dos agentes de segurança.		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Muito satisfeito	22	9.0
Satisfeito	75	30.7
Pouco satisfeito	77	31.6
Nada satisfeito	41	16.8
<b>Total</b>	<b>215</b>	<b>88.1</b>
Não sabe	16	6.6
Omissões	13	5.3
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 46. Grau de (in)satisfação quanto à acção dos agentes de autoridade.

Quanto às justificações para o grau de satisfação com a actuação dos agentes de autoridade (cf. Quadro 47), verificou-se que 8.2% dos inquiridos referiu estar satisfeito, ou muito satisfeito, por considerar que os agentes davam as respostas que lhes eram possíveis (e.g., *“Fazem o que podem”*; *“Actuam mas é insuficiente”*), enquanto 7.4% apelou à disponibilidade/prontidão das respostas policiais (e.g., *“Respondem imediatamente”*; *“Agem de forma eficaz e célere”*).

Já os inquiridos que se consideraram pouco ou nada satisfeitos com a actuação da polícia (cf. Quadro 47), apresentaram variadas explicações para a sua insatisfação, destacando-se os 20.9% que apontaram a escassez/limitação de policiamento, e os 7.8% que alegaram inércia/ineficácia dos agentes (e.g., *“Não fazem nada”*; *“Andam de mãos nos bolsos”*). É de referir que 47.1% dos sujeitos se absteve de apontar quaisquer motivos.



4.2.1. MUITO SATISFEITO OU SATISFEITO- em relação à actuação dos agentes de segurança porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Respostas possíveis	20	8.2
Disponibilidade/Prontidão de respostas	18	7.4
Função dos recursos disponíveis	7	2.9
<b>Total parcial</b>	<b>45</b>	<b>18.5</b>
4.2.1. POUCO SATISFEITO OU NADA SATISFEITO- em relação à actuação dos agentes de segurança porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Escassez/Limitação de policiamento	51	20.9
Inércia/Ineficácia	19	7.8
Actuação tardia	6	2.5
Avaliação negativa/depreciativa por comparação	4	1.6
Actuação reactiva	2	0.8
Actuação por conveniência	1	0.4
Formação/Experiência deficiente	1	0.4
<b>Total parcial</b>	<b>84</b>	<b>34.4</b>
Omissões	115	47.1
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 47. Fundamentação (in)satisfação quanto à acção dos agentes de autoridade.

Quando questionados a respeito da frequência com que recorreriam ao apoio de vizinhos (cf. Quadro 48), em situação de dificuldade, uma percentagem de 40.2% dos sujeitos respondeu que nunca e 20.5% retorquiu quase nunca. Pelo contrário, 12.7% afirmou que recorreria sempre e 10.7% respondeu quase sempre.

4.3. Com que frequência recorre à ajuda de vizinhos?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sempre	31	12.7
Quase sempre	26	10.7
Quase nunca	50	20.5
Nunca	98	40.2
<b>Total</b>	<b>205</b>	<b>84.1</b>
Não sabe	15	6.1
Omissões	24	9.8
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 48. Frequência do recurso ao apoio dos vizinhos.

4.3.1. SEMPRE OU QUASE SEMPRE – recorre à ajuda dos vizinhos porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Existência de solidariedade/apoio/confiança	30	12.3
(Apenas) por necessidade	3	1.2
Preferível ao apelo a polícia/outras instâncias	2	0.8
<b>Total parcial</b>	<b>35</b>	<b>14.3</b>
4.3.1. QUASE NUNCA OU NUNCA- recorre à ajuda dos vizinhos porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Inexistência de necessidade	54	22.1
Isolamento	11	4.5
Apelo preferencial a outras instâncias	7	2.9
Evitamento do incómodo dos outros	5	2.0
Evitamento de proximidade	4	1.6
Inexistência de solidariedade/apoio/confiança	3	1.2
Medo	1	0.4
<b>Total parcial</b>	<b>85</b>	<b>34.7</b>
Omissões	124	50.8
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 49. Fundamentação do recurso ao apoio dos vizinhos.

Na questão que concerne ao recurso a apoio dos vizinhos em caso de necessidade (cf. Quadro 49), os inquiridos que referiram apelar a essa ajuda sempre ou quase sempre, e que justificaram a sua resposta através da existência de solidariedade/apoio/confiança, constituíram 12.3% do total (e.g., “Todos se conhecem”; “Há boa vizinhança”; “Tenho

*confiança nas pessoas daqui*”), enquanto 1.2% mencionou fazê-lo apenas por necessidade e 0.8% considerou esse recurso melhor do que a polícia ou outras instâncias (e.g., *“É melhor do que a polícia”*).

Quanto aos que responderam não recorrer quase nunca ou nunca à ajuda dos vizinhos (cf. Quadro 49), destaquem-se os 22.1% que alegaram não ter essa necessidade. Os restantes apresentaram variadas explicações, como o isolamento em 4.1% (e.g., *“Não tenho ninguém”*), o apelo preferencial a outras instâncias em 2.9% (e.g., *“Chamaria antes a polícia”*; *“Recorro a deus”*), o evitamento do incômodo dos outros em 2% e o evitamento de proximidade relativamente aos vizinhos em 1.6% (e.g., *“Moro aqui mas não me meto em problemas”*; *“Não dou confiança”*), sendo que houve ainda quem alegasse a ausência de solidariedade/apoio/confiança (e.g., *“Aqui não há apoios”*) ou o medo de recorrer aos vizinhos.

Relativamente ao recurso à ajuda de entidades locais de apoio (cf. Quadro 50), quase metade dos inquiridos (48.4%) respondeu nunca apelar a esses serviços e 17.2% disse que quase nunca o fazia. Apenas 9.8% dos sujeitos referiu fazê-lo quase sempre e 3.7% afirmou fazê-lo sempre.

4.4. Com que frequência recorre à ajuda de entidades locais de apoio?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sempre	9	3.7
Quase sempre	24	9.8
Quase nunca	42	17.2
Nunca	118	48.4
<b>Total</b>	<b>193</b>	<b>79.1</b>
Não sabe	15	6.1
Omissões	36	14.8
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 50. Frequência do recurso a entidades locais de apoio.

4.4.1. SEMPRE OU QUASE SEMPRE – recorre à ajuda de entidades locais de apoio porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Apenas e sempre por necessidade	11	4.5
Existência/Acessibilidade de apoios	5	2.0
Eficácia de respostas	3	1.2
<b>Total parcial</b>	<b>19</b>	<b>7.7</b>
4.4.1. QUASE NUNCA OU NUNCA- recorre à ajuda de entidades locais de apoio porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Inexistência de necessidade	71	29.1
Inexistência/Inacessibilidade/Desconhecimento de apoios	14	5.7
Evitamento de exposição desagradável/negativa	2	0.8
<b>Total parcial</b>	<b>87</b>	<b>35.6</b>
Omissões	138	56.6
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 51. **Fundamentação do recurso ao apoio de entidades locais.**

Ainda a respeito do possível apelo a entidades locais de apoio, entre os sujeitos que referiram recorrer a essa ajuda sempre ou quase sempre, houve 4.5% que alegou que o fazia apenas e sempre por necessidade (cf. Quadro 51), enquanto 2% justificou a sua resposta com a existência/acessibilidade a tais entidades (e.g., “São acessíveis”) e 1.2% referiu a eficácia de respostas como fundamento para o recurso a esses serviços (e.g., “Se os chamamos são competentes”; “Confio na polícia”).

Opostamente, 29.1% dos inquiridos referiu a inexistência de necessidade de apelar a tais instâncias, pelo que quase nunca ou nunca recorria àquelas e para 5.7% dos sujeitos a inexistência/inacessibilidade/desconhecimento de apoios era o motivo pelo qual não solicitava ajuda a quaisquer entidades (e.g., “Não conheço esses apoios”; “Não são acessíveis”).

## E. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Participação e envolvimento comunitários são aspectos muito reveladores sobre o que se poderá estar a passar numa determinada comunidade, para além de fornecerem informação a respeito do possível compromisso, da população local, quanto à colaboração na implementação de medidas estratégicas de mudança.

Por isso, esta parte começa por procurar saber há quanto tempo os inquiridos ali residem, trabalham ou estudam para, ao longo desta última parte do inquérito, se procurar focalizar as questões mais ou menos associadas à ligação entre cada indivíduo e a comunidade em que se insere.

Constatou-se que mais de metade dos inquiridos (62.3%) está ligado àquela área urbana há 10 anos ou mais, seguindo-se os 27.9% daqueles que ali têm ligações há 3 anos ou menos. Exceptuando os 2.9% de sujeitos que omitiram esta informação, todos os restantes se repartem entre os 3 e os 10 anos naquela comunidade (cf. Quadro 52).

5.1. Anos de residência		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
3 Anos ou menos	68	27.9
4 a 6 Anos	9	3.7
7 a 9 Anos	8	3.3
10 Anos ou mais	152	62.3
<b>Total</b>	<b>237</b>	<b>97.2</b>
Omissões	7	2.9
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 52. Tempo de permanência na comunidade.

5.2. Aspectos a mudar para melhorar a qualidade de vida naquela área			
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	n
Reabilitação urbana	71	29.1	244
Mais policiamento/segurança	64	26.2	
Mais espaços verdes/lazer	45	18.4	
Mais iluminação	37	15.2	
Menos poluição sonora e ambiental	36	14.8	
Prevenção criminal/droga	17	7.0	
Mais estacionamento	12	4.9	
Mais população/turistas/movimento	11	4.5	
Mais serviços/Apoio social	11	4.5	
Mais transportes	8	3.3	
Mais comércio	7	2.9	
Mais postos de trabalho	7	2.9	
Mais educação rodoviária	4	1.6	
Educação/Civismo	4	1.6	
Menos prostituição	4	1.6	
Omissões	38	15.6	

Quadro 53. Percepção das mudanças para melhoria da qualidade de vida.

Relativamente ao que os inquiridos consideraram que seriam mudanças a implementar para que ocorresse uma melhoria da qualidade de vida naquela área da cidade (cf. Quadro 53), um número considerável (29.1%) apontou a necessidade de reabilitação urbana, designadamente a melhoria das habitações, e 26.2% considerou que deveria haver mais policiamento/segurança. A criação de espaços verdes/lazer foi outra das medidas, referida por 18.4% dos inquiridos. Os restantes sujeitos foram apontando as diversas mudanças que constam do quadro, à excepção de 15.6% dos indivíduos, que se absteve de referir qualquer tipo de mudança.

Já no que se refere às mudanças sugeridas pelos inquiridos, para que houvesse mais segurança (cf. Quadro 54), vejam-se os resultados que se seguem.

5.3. Aspectos a mudar para aumentar a segurança naquela área			
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	n
Mais policiamento/segurança	150	61.5	244
Prevenção criminal/droga	25	10.2	
Mais iluminação	13	5.3	
Reabilitação urbana	9	3.7	
Mais população/turistas/movimento	3	1.2	
Omissões	84	34.4	

Quadro 54. Percepção das mudanças para aumento de segurança.

Para um elevado número de inquiridos (61.5%), a existência de mais policiamento/segurança consiste na medida que deveria ser tomada para aumentar a segurança naquela área da cidade (cf. Quadro 54). Já 10.2% dos sujeitos consideraram a necessidade de prevenção criminal/droga, e 5.3% entendeu que a presença de mais iluminação seria uma das medidas a tomar. Os restantes inquiridos alegaram a reabilitação urbana e a existência de mais população/turistas/movimento, para além dos 34.4% de sujeitos que não mencionaram qualquer mudança em prol do aumento de segurança.

Quando questionados a respeito da sua disposição para colaborar para o aumento de segurança naquela área da cidade (cf. Quadro 55), 68.5% dos sujeitos responderam que estariam sempre ou quase sempre dispostos a cooperar, enquanto 8.2% afirmou não estar nessa disposição, quase nunca ou nunca.

5.4. Estaria disposto a colaborar no sentido de que houvesse mais segurança?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sempre	138	56.6
Quase sempre	29	11.9
Quase nunca	8	3.3
Nunca	12	4.9
<b>Total</b>	<b>187</b>	<b>76.7</b>
Não sabe	30	12.3
Omissões	27	11.1
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 55. Disposição para colaborar no sentido da maior segurança.

5.4.1. SEMPRE OU QUASE SEMPRE - disposto a colaborar porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Alertando para algo suspeito	64	26.2
Como fosse necessário	27	11.1
Patrulhamentos/Milícias populares	1	0.4
<b>Total parcial</b>	<b>92</b>	<b>37.7</b>
QUASE NUNCA OU NUNCA- disposto a colaborar porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sem tempo/saúde/capacidade	7	2.9
É o trabalho das autoridades	4	1.6
Medo	3	1.2
<b>Total parcial</b>	<b>14</b>	<b>5.7</b>
Omissões	138	56.6
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 56. Fundamentação da disposição para colaborar no sentido da maior segurança.

Em termos da fundamentação para a disposição em cooperar no sentido de que houvesse mais segurança naquela área da cidade (cf. Quadro 56), os inquiridos omitiram a resposta numa percentagem muito elevada (56.6%). Não obstante, entre os que estariam nessa disposição, sempre ou quase sempre, encontram-se os que referiram que poderiam alertar sempre que percebessem algo suspeito, em 26.2% do total de sujeitos, enquanto 11.1% fariam o que fosse necessário e apenas 0.4% disseram que deveriam organizar-se milícias populares.

Já os que afirmaram não estar nessa disposição quase nunca ou nunca (cf. Quadro 56), alegaram falta de tempo/saúde/capacidade para tanto (2.9%), referiram ser o trabalho das autoridades (1.6%) ou o medo de que tal colaboração lhes causasse problemas (1.2%).

No respeitante à questão sobre a maior ou menor ligação de cada um dos inquiridos, relativamente àquela zona da cidade (cf. Quadro 57), constatou-se que uma percentagem considerável (34%) manifestou uma ligação forte, logo seguida dos 28.3% de sujeitos que evidenciou uma ligação muito forte à comunidade. À excepção destes e dos 3.3% que omitiram essa informação, os restantes revelaram sentir-se pouco ou nada ligados à sua comunidade de pertença.



5.5.Qual a força da sua ligação a esta comunidade?		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Muito forte	69	28.3
Forte	83	34.0
Pouco forte	51	20.9
Nada forte	33	13.5
<b>Total</b>	<b>236</b>	<b>96.7</b>
Omissões	8	3.3
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 57. Sentimento de pertença à comunidade.

5.5.1. MUITO FORTE OU FORTE- ligação à comunidade porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Gosto/Orgulho pela comunidade	52	21.3
Reside há muito tempo	32	13.1
Nasceu/Cresceu na comunidade	19	7.8
Ligação apesar de drogas/crime	2	0.8
<b>Total parcial</b>	<b>105</b>	<b>43.0</b>
POUCO FORTE OU NADA FORTE- ligação à comunidade porque:		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Reside há pouco tempo	12	4.9
Desconfiança das pessoas	11	4.5
Más condições/presença de problemas	10	4.1
Ligação apenas por necessidade	9	3.7
<b>Total parcial</b>	<b>42</b>	<b>17.2</b>
Omissões	97	39.8
<b>n</b>	<b>244</b>	<b>100</b>

Quadro 58. Fundamentação do sentimento de pertença à comunidade.

Entre as explicações dadas pelos inquiridos, quanto ao facto de sentirem uma ligação (cf. Quadro 58) muito forte ou forte àquela comunidade, destaque-se o gosto e/ou orgulho na sua área de pertença, apontado por 21.3% dos sujeitos. Outros argumentos fundamentaram a ligação das pessoas àquela zona da cidade, como o facto de ali residirem há muito (13.1%) ou por terem ali nascido e crescido (7.8%).

Quanto aos que revelaram ter uma ligação pouco ou nada forte (cf. Quadro 58), distribuíram-se por diferentes tipos de explicação, como o facto de ali residirem há pouco (4.9%), a sensação de desconfiança relativamente às pessoas daquela área, mencionada por 4.5% dos inquiridos, a presença de más condições/problemas apontada por 4.1% dos indivíduos e o argumento de que apenas ali se encontravam por necessidade, sustentado por 3.7% dos que participaram neste inquérito.

## Discussão dos resultados

---

Enfim, parece ser chegado o momento de analisar os resultados obtidos, apelando a outras pesquisas e a diferentes pontos de vista. Por isso, esta parte do trabalho debruça-se sobre a discussão dos resultados acabados de expor.

Muito embora se tenha evidenciado o predomínio de uma percepção de segurança, a verdade é que também ficou evidente que uma considerável proporção de inquiridos, quase 1/3, referiu a presença de sentimentos de insegurança.

Obviamente, tais percepções estarão associadas às taxas de ocorrência de crime em algumas áreas urbanas, como foi referido por Neme (2005). Aliás, em termos dos fundamentos para a percepção de insegurança, constatou-se que um número razoável de sujeitos fundamentou a sua resposta com base na presença crime/perigo ou apoiados na presença de tráfico/consumo de drogas, a que se aliou o argumento de escassez/limitação de policiamento. Ora, de acordo com Leite (2005), a presença de violência, insegurança e medo são claramente associadas ao elevado número de crimes, como o tráfico/consumo de drogas, que ocorre em certas zonas específicas das cidades.

Assim, facilmente se depreende que, embora não maioritariamente, há uma fatia não desprezável de sujeitos que percebem aquela área da cidade como sendo fustigada por crimes, como o tráfico de drogas, e por perigos, de que faz parte o consumo de substâncias, pelo que esses indivíduos se inscrevem entre os que apresentam uma percepção de insegurança relativamente ao espaço urbano onde se movem.

É ainda de salientar que, apesar de haver uma maior percentagem de inquiridos a apresentar uma percepção de segurança da área urbana em que se move, também se constata que 68% deles refere que a criminalidade tem vindo a aumentar. A respeito dessa questão, um número considerável de sujeitos fundamenta essa sua percepção de aumento da criminalidade com factores que se prendem com o desemprego ombreado com os problemas económicos, como referiram Lemos, Filho e Jorge (2005), bem como com a ocorrência de roubos/assaltos.

Note-se que, também esta questão do aumento da criminalidade, tal como a forma como essa ideia é fundamentada, remete para a presença de uma percepção de insegurança que, naturalmente e segundo Eckert (2002), tem impacte na vida das pessoas que se movimentam diariamente nessas áreas citadinas. Por outro lado, também se revela preocupante um outro argumento utilizado por perto de 7% dos sujeitos para justificarem a ideia do aumento da criminalidade. O que aqui se pretende referir é a justificação que coloca a tónica na ineficácia da polícia/legislação. Este argumento impõe que se relembrem as questões colocadas aquando da definição de uma necessária mudança de paradigma em termos de actuação policial. Mais especificamente, recordem-se os apelos de Cusson (2000) à necessidade de um conhecimento mais profundo, por parte dos agentes policiais, em relação às áreas urbanas pelas quais são responsáveis e, logicamente, à ideia de uma nova filosofia de policiamento tão claramente apresentada pela Community Oriented Policing Services (2009), e em que se destaca o recurso sistemático a parcerias e a técnicas de resolução de problemas numa postura de proactividade, com vista à criação de condições para a segurança das populações, face ao crime, ao medo e às desordens sociais.

No que se refere aos tipos de crime que os inquiridos apontaram como mais frequentes na sua comunidade, são de salientar não só a grande diversidade de crimes referidos, como também a incidência de referências a furto/roubo e a tráfico de drogas, ambas as categorias mencionadas por mais de metade dos sujeitos. Ao que parece há um predomínio do delito de carácter aquisitivo, a par do fenómeno das drogas, pelo que se pode colocar a possibilidade de se verificar uma estreita associação droga/crime, tão frequentemente apontada por diversos autores (Agra, 2002; Brochu, 2000; Otero, 1994).

Entre os crimes mais temidos, alguns dos delitos aquisitivos também ocupam um lugar cimeiro em termos percentuais e, a questão das drogas surge em quarto lugar, sendo mencionada por mais de 40% dos inquiridos. Aliás, o consumo de drogas/álcool surge como a primeira condição mais apontada pelos inquiridos como elemento favorecedor do crime.

No que diz respeito às situações de vitimação, os crimes mais sofridos por alguns dos inquiridos foram o assalto e a ofensa sexual, enquanto os crimes de que foram vítimas os familiares de alguns dos questionados incidiram predominantemente no assalto, logo seguido da agressão física. Assim, não só se retiram informações sobre as situações de vitimação, como se obtêm dados sobre a criminalidade, como bem referiu Seabra (2005) a

propósito da importância dos inquéritos de vitimação. Quer na vitimação do próprio inquirido, quer na de familiares, o dia foi o período em que mais se verificaram as ocorrências. Um número razoável de vítimas contactou as autoridades, mas uma quantia não desprezável de sujeitos não o fez, alegando, prevalentemente, não valer a pena. Este tipo de justificação remete, mais uma vez, para a sensação de incapacidade, por parte do cidadão, em fazer valer os seus direitos, aliado ao sentimento de inutilidade de apelo às instâncias de controlo social formal, como bem referiu Silva (2010). Também na questão a respeito da formalização da queixa se percebe o mesmo, com mais sujeitos a negar essa formalidade, sendo que algumas das explicações para tal se prendem com o facto de o sujeito considerar não valer a pena.

Saliente-se que aqueles que prosseguiram com a queixa apresentam uma ideia muito vaga das medidas que terão sido tomadas, o que parece transmitir que, ou essas medidas foram percebidas como escassas pelos sujeitos, ou as vítimas não terão sido informadas a respeito das iniciativas que se foram desenvolvendo para a máxima reparação.

Aliás também na parte da vitimação de familiares de alguns dos inquiridos, se verificou que o contacto com as autoridades e a formalização da queixa foram negados por bastantes dos sujeitos, não havendo, também em relação à vitimação do familiar, uma descrição das medidas tomadas que indiciasse um conhecimento pormenorizado dessas acções. Assim, pode afirmar-se que as situações de vitimação e a subsequente percepção da sua reparação não tendem a apoiar suficientemente a vítima, pelo que ainda contribuem mais para um sentimento de impunidade apontado por Silva (2010) e para uma crescente percepção de insegurança, pelo que se impõe uma abordagem de maior proximidade com permanente interacção com as populações (Lisboa & Dias, 2008), sobretudo com aqueles que se confrontam com todos os malefícios de uma situação de vitimação.

Em relação à parte respeitante ao controlo social, e no que se refere à percepção da população quanto à ideia de que a polícia faz tudo pela garantia de segurança, verificou-se que uma grande percentagem referiu que isso acontece quase sempre mas, por outro lado, uma frequência também considerável dos inquiridos afirmaram considerar que a polícia quase nunca faz tudo pela manutenção da segurança. Ora, aqui parece importante lembrar que, de acordo com Bayley (2006), a sociedade civil molda a polícia e é moldada por ela, pelo que importa ter sempre presente que se trata de uma relação de recíproca influência.

Relativamente aos argumentos usados para fundamentar a ideia de que a polícia quase nunca faz tudo pela segurança, foram encontradas bastantes respostas a atribuir essa opinião ao deficitário, e limitado policiamento, bem como à ineficaz acção dos meios de controlo social formal. Então, também nesta comunidade parece emergir uma necessidade, e porque não dizê-lo, um imperativo de mudança em termos de policiamento, tal como tem vindo a ser preconizado por tantos, sobejamente citados neste trabalho (Jaquier, 2008; Lisboa & Dias, 2008; Skogan & Frydler, 2004). Por outro lado, algumas das verbalizações da população inquirida, a respeito da polícia e já exemplificadas na parte dos resultados, parecem transmitir a impressão de que não há uma percepção das forças de segurança como entidade que se rege pelos princípios apontados por Mentel (2008).

No entanto, quando questionados sobre a possibilidade de recurso ao apoio dos vizinhos, um grande número de inquiridos (60.7%) respondeu não o fazer, quase nunca ou nunca. Para explicar essas respostas, alguns dos inquiridos referiram preferir o recurso a outros apoios, designadamente, à polícia. Já no respeitante à questão do recurso a entidades locais de apoio, verificou-se que 65.6% dos sujeitos afirmou não recorrer a tais entidades quase nunca ou nunca, tendo havido muitas explicações para essa postura, que remetem para a inexistência de necessidade e para o desconhecimento/inacessibilidade de tais apoios.

Salientem-se, também aqui, algumas das verbalizações dos inquiridos, que foram apontadas como exemplos na parte dos resultados, e que parecem denunciar algum descrédito relativamente às entidades locais que podem prestar algum tipo de suporte social. Esta questão acaba por reforçar a ideia de uma comunidade em que não se encontram os elementos associados ao sentimento de comunidade, enquanto conceito que foi exposto por Ornelas (2008). Por isso, e para melhor se conhecer esta população, impôs-se uma análise ao sentimento de pertença em relação àquela área da cidade.

Em termos de participação comunitária, e no que se refere às medidas que os inquiridos mais associariam a uma maior qualidade de vida, a reabilitação de casas e dos espaços apresenta-se como a resposta mais frequente, logo seguida do aumento de policiamento que, neste estudo, parece ter sido uma constante nas respostas dos inquiridos. Esse apelo ao policiamento é repetido, sendo a resposta mais frequente para referir as medidas que contribuiriam para um aumento de segurança.

De salientar que mais de 60% dos sujeitos afirmou estar disposto a colaborar para que houvesse um aumento de segurança naquela área urbana, o que remete, pelo menos parcialmente, para a presença de vontade de participar, denunciando o sentimento de comunidade apontado por Omoto e Snyder (2002). No entanto, quando se atende às explicações dadas para tais respostas, parece não haver, por parte dos sujeitos, o conhecimento de como facultar tal ajuda. Isto poderá ser um indicador da necessidade de transmitir alguma informação às populações daquela área, a respeito do seu hipotético envolvimento comunitário. Por outro lado, também se verificou, em respostas anteriores, uma razoável percentagem de inquiridos que se recusava a solicitar ajuda, quer aos seus vizinhos, quer a entidades locais de apoio social. Ora, esta postura parece contradizer o que caracteriza o sentimento de comunidade apontado por diferentes autores (Davidson & Cotter, 1991; Omoto & Snyder, 2002) como um motor de bem-estar e de ajuda mútua.

## Conclusão

---

Se algo afeta o nosso sentimento de insegurança é, sem dúvida, a constatação de que a criminalidade aumenta, seja por experiência pessoal, seja mediatizada e/ou indirecta. As razões podem ser até de cariz estrutural e longínquas, mas a sensação de instabilidade, fruto de incontestáveis mudanças sociais, gera ansiedade, desconfiança e uma reconstrução social e pessoal do risco associado ao meio. As dimensões pessoal e social têm assim de ser consideradas na análise que fazemos do sentimento de insegurança das populações, daí a importância de se compreenderem aspectos da experiência individual (e.g. a vitimação pessoal ou de familiar), mas englobar também a vertente sociocultural e de identidade, explorando a percepção das ligações do sistema de controlo às populações e a acção destes sobre os fenómenos desviantes, mas também a participação e envolvimento comunitário de cada um.

Percebemos que não havia necessariamente uma correspondência directa entre a percepção quanto aos crimes mais frequentes na comunidade e os crimes que, segundo os participantes, estes mais temem. Isto revela que o sentimento da insegurança das pessoas não se consubstancia necessária e unicamente na presença do crime, mas que outros aspectos devem ser tidos em consideração. A dimensão subjectiva que ressalta da proximidade, não apenas física, de invasão da nossa privacidade, de tomada dos nossos bens (Roché, 1993) ganha peso e remete para o ideário dos nossos receios crimes como os assaltos a residências e estabelecimentos e a violência física. No entanto não podemos descurar a (con)vivência quotidiana com determinadas formas criminais (e.g., furtos/roubos; tráfico de drogas) pode influenciar a apreciação sobre a probabilidade de vitimação e favorecer uma representação pessoal de maior vulnerabilidade. Neste sentido, a sustentação do sentimento de insegurança não será também alheia à percepção construída de comunidade frágil ou fragilizada que, com o tempo, ganha novas regras e novos valores e que não reconhece no controle social legitimidade para restabelecer a seguridade natural.

No espectro de problemas percebidos pela população desta área geográfica em estudo, além da pobreza/desemprego, estão sobretudo os fenómenos associados aos comportamentos aditivos, designadamente o tráfico de droga. Todavia, a convivência com o fenómeno parece ter regularizado alguns dos receios da população que mesmo



considerando que os traficantes “são é mais descarados a vender e a comprar droga”, caracterizam a área geográfica da Sé como um local seguro, sustentada maioritariamente pela ausência de experiência pessoal de vitimação nesse contexto. O Policiamento surge referenciado quer por aqueles que classificam a área como segura, quer pelos que qualificam a área como insegura, pelo que embora por razões diferentes é atribuído ao controlo formal um papel fundamental na definição de risco.

As incivildades, que se referem segundo Jouenne (2006) a grosserias ou falta de civilidade e que denotam uma negligência de propriedade ou bons costumes não estão estreitamente associadas ao sentimento de insegurança, mas afectam o brio de uma comunidade e prejudicam indubitavelmente a vida social. A identificação expressiva de algumas incivildades (e.g., dispersar lixo para o chão; danificar equipamentos públicos, estacionamento caótico) não deixa margem para dúvidas quando ao contributo que as mesmas têm tido na degradação da imagem desta zona urbana. Tal mostra a importância, embora relativa de outros factores na construção do sentimento de insegurança de uma comunidade.

Não basta conhecer a realidade criminal de uma comunidade, o impacto do crime na vida das pessoas ou desvendar as bases reais para a insegurança, mas há que a partir destas definições, traçar linhas orientadoras para acção que tenham como pano de fundo políticas públicas de segurança e a adequação da intervenção do Estado / Polícia. A receptividade dos inquiridos face ao estudo levado a cabo na área de convivência social foi surpreendente pela positiva e encarada com seriedade e expectativa. O desejo de mudança para a área urbana avaliada não se esgota no desejo de requalificação dos espaços, alguns deles visivelmente degradados e geradores de fenómenos desviantes, mas incluem a necessidade de aumentar a segurança na área classificada, constituindo o policiamento o factor primeiramente apontado como podendo produzir esse efeito. Neste sentido, o estreitamento das relações comunitárias entre este órgão de controlo social e a população residente numa das áreas mais problemática da cidade deve operar-se, encontrando eco nas representações dos cidadãos participantes neste estudo e que se representam eles próprios como agentes de mudança e, portanto, receptivos à participação comunitária.

Assim, em jeito de conclusão, é possível afirmar que os indivíduos que se movem naquela área da cidade, o fazem num dos vários contextos urbanos em que se torna imperativa uma

intervenção. Efectivamente, os índices de criminalidade daquela zona, como em muitas outras áreas citadinas, parecem revelar-se mais elevados de acordo com a percepção das populações, pelo que se torna premente implementar medidas eficazes, quer em termos preventivos, quer ao nível correctivo. Evidentemente, as condições retratadas nesta comunidade são similares às de muitas outras áreas urbanas, mas é do reconhecimento do contexto e das suas especificidades, que se legitimam acções. Neste caso, é recomendada a adopção de estratégias programadas e aplicadas através do trabalho conjunto de equipas multidisciplinares, mediante a adopção de uma postura de permanente interacção entre os diferentes técnicos, a Polícia e outras instâncias como a Junta de Freguesia, a Escola, o Centro de Saúde e os Serviços de Acção Social. Além disso, verifica-se a necessidade de adaptar métodos integrados de análise, atendendo às boas práticas ilustradas pela avaliação comunitária, sem esquecer todos os procedimentos inerentes aos Diagnósticos Locais de Segurança.

O que efectivamente se revela imperativo, é avaliar convenientemente para intervir adequadamente. Esse foi exactamente o propósito deste estudo, pelo que os resultados alcançados reflectem a obrigatoriedade de apelar a um novo estilo de policiamento, que mantenha permanentes ligações às comunidades e que coopere com os programas interventivos, sempre num registo de co-responsabilidade.



## Referências Bibliográficas

---

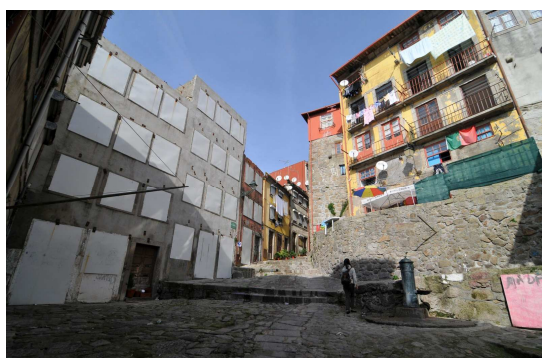
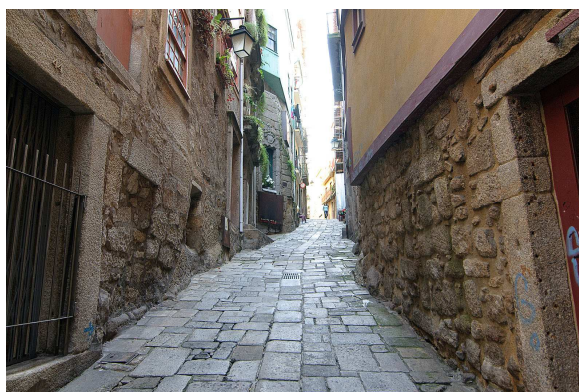
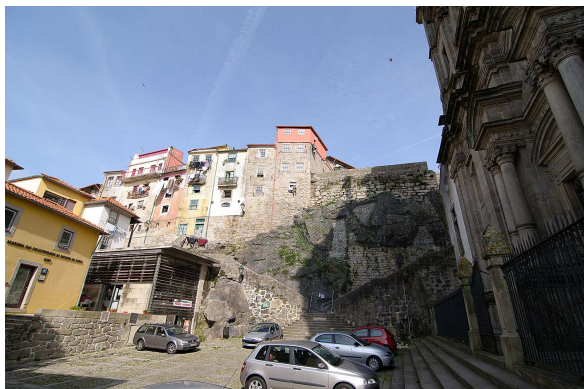
- Agra, C. (2002). *Entre droga e crime* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Notícias.
- Bayley, D. (2006). *Padrões de policiamento* (2ª Ed.; R. Belmonte, Trad.). São Paulo: Editora da Unioversidade de São Paulo. (Original publicado em 1985).
- Bengochea, J., Guimarães, L., Gomes, M. & Abreu, S. (2004). A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. *São Paulo em Perspectiva*, 18 (1), 119-131.
- Brochu, S. (2000). La violence et la drogue. *L'Intervenant*, 16 (3), 4-7.
- Brodeur, J. P. (2003). *Les visages de la police. Pratiques et perceptions*. Montréal: Les Presses de L'Université de Montréal.
- Brodeur, J.-P. (2005). Trotsky in Blue: Permanent Policing Reform. *The Australian and New Zealand Journal of Criminology*, 38 (2), 254-267.
- Carrión, F. (2002). *Entre el crimen y el castigo. Seguridad ciudadana y control democrático en America Latina y el Caribe*. República Dominicana: Nueva Sociedad.
- Community Oriented Policing Services. (2009). Community policing defined. Washington, DC: US Department of Justice. Disponível em <http://www.cops.usdoj.gov/files/RIC/Publications/e030917193-CP-Defined.pdf>
- Cusson, M. (2000). La prévention du crime par la police: pactiques actuelles et orientations pour demain. *Revue de Droit Pénal et de Criminologie* (Février), 113-134.
- Davidson, W. & Cotter, P. (1991). The relationship between sense of community and subject well-being: a first look (abstract). *Journal of Community Psychology*, 19, 246-253.
- Direcção Geral de Administração Interna (2009). *Manual de diagnósticos locais de segurança. Uma compilação de normas e práticas internacionais* (M. Correia, Trad.). Lisboa: Ministério da Administração Interna. Disponível em <http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Manual%20Diagnosticos%20Locais%20de%20Seguranca.pdf>
- Eckert, C. (2002). Cultura do medo e as tensões de viver a cidade: narrativa e trajectória de velhos moradores de Porto Alegre. In S. Minayo & C. Coimbra (Eds.). *Antropologia, saúde e envelhecimento* (pp. 73-102). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Fischer, R. & Green, G. (2004). *Introduction to security* (7ª Ed.). Amsterdam: Butterworth-Heinemann.

- Goldstein, H. (2003). *Policiando uma sociedade livre* (M. Marques, Trad.). São Paulo: EDUSP. (Original publicado em 1931).
- Hill, M. & Hill, A. (2002). *Investigação por questionário* (2ª Ed.). Lisboa: Sílabo.
- Jaquier, V. (2008). Policing and sentencing domestic violence: methodology of an exploratory study and main findings. *Revue Internationale de Criminology et de Police Technique et Scientifique*, 61, 403-428.
- Jouenne, N. (2006). *Une certaine Jeunesse. Incivilités et sentiment d'insécurité en milieu rural périurbain*. Communauté de communes « Les Marches du Velay »
- Leite, M. (2005). Violência, insegurança e cidadania. Reflexões a partir do Rio de Janeiro. *Observatório da Cidadania*, 66-70.
- Lemos, A., Filho, E. & Jorge, M. (2005). Um modelo para a análise socioeconômica da criminalidade no município de Aracaju. *Estudos Econômicos*, 35 (3), 569-594.
- Lisboa, M. & Dias, A. (2008). Organizações e meio envolvente: o caso do “policiamento de proximidade”. *VI Congresso de Sociologia. Mundos Sociais: Saberes e Práticas*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- McMillan, D. & Chavis, D. (1986). Sense of Community: A Definition and Theory. *Journal of Community Psychology*, 14, 6-23.
- Mentel, Z. (2008). Policing in a democratic society. *Community Policing Dispatch*, 1 (5). Disponível em [http://www.cops.usdoj.gov/html/dispatch/may\\_2008/policing\\_Ds.htm](http://www.cops.usdoj.gov/html/dispatch/may_2008/policing_Ds.htm)
- Miller, L, Hess, K. & Orthmann, C. (2011). *Community policing: Partnerships for problem solving*. New York: Delmar Cengage Learning.
- Moore, M. (2003). Policiamento comunitário e policiamento para a resolução de problemas. In Ghirotti, J. (2003). *Policiamento moderno* (J. Ghirotti, trad.; pp. 115-176). São Paulo: EDUSP. (Original publicado em 1992).
- Neme, C. (2005). Violência e segurança: um olhar sobre a França e o Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 25, 123-137.
- Normandeau, A. (2002). Community policing in Canada: an evaluation for Montréal. In R. Silverman, T. Thornberry, B. Cohen & B. Krisberg (Eds.). *Crime and justice at millennium* (pp. 197-218). Boston: Kluwer Academic Publishers.
- Omoto, A. (2002). Considerations of community. The context and process of volunteerism (abstract). *American Behavioral Scientist*, 45 (5), 846-867.

- Ornelas, J. (2008). *Psicologia comunitária*. Lisboa: Fim de Século.
- Otero, J. (1994). *Droga y delincuencia*. Madrid: Eudema.
- Roché, S. (1993). *Le sentiment d'insecurité*. Paris : PUF.
- Santos, B. (2005). Os tribunais e as novas tecnologias de comunicação e de informação. *Sociologias*, 7 (13), 82-109.
- Seabra, H. (2005). *Delinquência a preto e branco. Estudo de jovens em reinserção*. Porto: ACIME.
- Silva, N. (2010). Cidadania e segurança: uma análise prospectiva. *I Congresso Nacional de Segurança e Defesa. Para uma Estratégia de Segurança Nacional*. Lisboa: Centro de Congressos de Lisboa.
- Skogan, W.& Frydler, K. (2004). *Fairness and effectiveness in policing: the evidence*. Washington, DC: National Academies Press.
- Skolnick, J. & Bayley, D. (2006). *Policiamento comunitário* (A. Pinheiro, Trad.). São Paulo: EDUSP. (Original publicado em 1988).
- Weber, M. (2005). *Conceitos sociológicos fundamentais* (3ª Ed.; A. Mourão, Trad.). Lisboa: Edições 70. (Original publicado s/d).

## **Anexo A**

### **Imagens da Freguesia da Sé do Porto**



Alexandre Soares,  
Fevereiro de 2011.



## **Anexo B**

Relação das artérias que compõem a Freguesia da Sé

- 1.º de Dezembro, Largo
- **Actor Dias, Largo**
- **Aldas, Rua das**
- **Alexandre Herculano, Rua**
- Almeida Garrett, Praça
- Anjo. Viela do
- Arnaldo Gama, Rua
- Arrabalde, Bêco
- Augusto Rosa, Rua
- **Baínharia, Rua da** - n.ºs 20 a 166 e 7 a 169
- Baínharia, Travessa da - n.ºs 1 a 39
- Bairro Capela, Calçada de
- Batalha, Praça da
- Caldeireiros, Rua dos - n.ºs 2 a 30
- Camarão, Largo do - n.º 27 a 31
- Cativo, Rua do
- **Chã, Rua**
- **Cimo de Vila, Rua**
- **Codeçal, Escadas do**
- Colégio, Largo do - n.ºs 1 a 6
- Corpo da Guarda, Rua do
- **Corticeira, Rua da**
- D. Afonso Henriques, Terreiro de
- **D. Hugo, Rua de**
- Doutor Pedro Vitorino, Largo - n.ºs 1 a 3
- **Duque de Loulé, Rua de**
- **Entreparedes, Rua de** - n.ºs 2 a 94-A
- **Escura, Rua**
- **Flores, Rua das** - n.ºs 2 a 332 e 191 a 305
- **Fontaínhas, Passeio das**
- Fontaínhas, Rua das
- **Guindais, escadas dos**
- **Gustavo Eiffel, Avenida**
- **Herculano, Bairro**
- José Pinheiro Fonseca, Calçada de
- Liberdade, Praça da - n.ºs 9 a 39
- Loios, Largo dos - n.ºs 2 a 56
- Loureiro, Rua do
- Madeira, Rua da - n.ºs 1 a 17
- **Miradouro, Rua do**
- **Mouzinho da Silveira, Rua de** - n.ºs 104 a 360 e 61 a 331
- Olimpia, Calçada da
- Pedreira, Viela da - n.ºs 1 a 83
- Pelames, Rua dos
- Pena Ventosa, largo de

- **Pena Ventosa, Rua de**
- Pena Ventosa, Travessa da
- Ponte Nova, Rua da
- Porta do Sol, Rua da
- **Rodrigues de Freitas, Avenida** - n.ºs 325 a 451
- **Rua Chã, Travessa da**
- Rua Cimo de Vila, Travessa da
- Rua das Flores, Travessa da
- Rua do Cativo, Travessa da
- Rua do Loureiro, Travessa da
- S. Luis, Rua de
- **S. Sebastião, Rua de**
- **S. Sebastião, Travessa de**
- S. Victor, Rua de - n.ºs 215 a 239
- **Santa Clara, Travessa de**
- **Sant'Ana, Rua de** - n.ºs 2 a 42
- Sant'Ana, Travessa de
- São Domingos, Largo de - n.ºs 74 a 108
- Saraiva de Carvalho, Rua de
- Senhora das Dores, Rua da - n.ºs 1 a 61
- **Sol, Rua do**
- **Souto, Escadas do**
- **Souto, Rua do**
- Trindade Coelho, Rua de
- Vandoma, Calçada da
- Verdades, Escadas das
- **Verdades, Rua das** - n.ºs 2 a 42
- **Vímara Peres, Avenida**

Nota: A informação contida no presente documento foi disponibilizada pela Junta de Freguesia da Sé - Porto.